

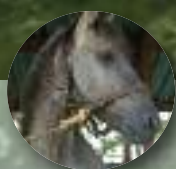


ANO XX - Nº 206 - DEZEMBRO 2009 / JANEIRO 2010
3,00 € - BIMESTRAL

revista • do **Agricultor**

À PROCURA DE EQUILÍBRIO

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DESAFIAM FLORESTAS



PATRIMÓNIOS: Cavalo Sorraia
em perigo de extinção



PAULO CANAVEIRA: “O grande
problema vai ser o risco de incêndio”

Este programa tem o patrocínio de:



prestenergia

Da Terra ao Mar

O único programa de agricultura, pescas e desenvolvimento rural
Domingo às 11 horas na RTP2

Uma produção

api

Agência Portuguesa de Imagens

Tlf. 21 392 94 20 - Fax. 21 392 94 24 - apimagens@apimagens.mail.pt



Adeus 2009 Ânimo para 2010

João Machado

2009 não deixou boas recordações aos agricultores portugueses. Aliás, despediu-se com intempéries que colocam em risco a actividade agrícola em algumas regiões do país, nomeadamente em actividades intensivas que determinam uma contribuição importante para o PAB português, deixando em graves dificuldades financeiras muitos agricultores e suas famílias.

2010 apresenta-se, assim, como um ano de mudança.

Mudança nas políticas para o sector agrícola, porque elas foram prometidas tanto no manifesto eleitoral, como no programa de Governo do partido socialista.

Mudança na atitude do Ministério da Agricultura, que agora promete uma atenção redobrada com os interesses dos agricultores e uma colaboração próxima com o movimento associativo que os representa.

Mudança na Comissão Europeia, que com a alteração do seu elenco, nomeadamente o comissário agrícola, sugere o abandono de políticas liberais e assim uma maior defesa daquilo que é a preferência comunitária, como sempre defendemos.

Temos, por tudo isto, fundadas esperanças de que o ano de 2010 sorria mais aos agricultores portugueses. A CAP tudo fará para que isso aconteça e continuará a defender os interesses da agricultura nacional e a pugnar pelas alterações de política prometidas pelo partido do Governo na defesa do rendimento dos agricultores.

Desejamos um bom ano de 2010 a todos os agricultores portugueses e suas famílias e estamos certos de que a esperança está viva e pode renascer em todos nós.

Temos fundadas esperanças de que o ano de 2010 sorria mais aos agricultores portugueses. A CAP tudo fará para que isso aconteça e continuará a defender os interesses da agricultura nacional e a pugnar pelas alterações de política prometidas pelo partido do Governo na defesa do rendimento dos agricultores.

ASSINE JÁ

Preencha com os seus dados de identificação pessoais e forma de pagamento.
Envie para:
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
Avenida Colégio Militar, lote 1786
1549 - 012 Lisboa
cap@cap.pt - www.cap.pt

6 Revistas do **AGRICULTOR**
+
12 Jornais **NOTÍCIAS CAP**
=
20€

Escolha o modo de pagamento que mais lhe convém:

Envio do Cheque
nº _____
no valor de _____ €
do Banco _____
à ordem de
CAP - Confederação dos
Agricultores de Portugal

Transferência Bancária,
para a conta NIB
0007.0030.0003.1270.0011.9
Banco BES - Lisboa
(Exige-se o envio do comprovativo
da transferência)

revista do
Agricultor

☐ **SIM**, quero assinar a
REVISTA DO AGRICULTOR bimestral
durante um ano (6 números),
por apenas 20 €, e receber o jornal
NOTÍCIASCAP mensal

Nome: _____ Data de Nasc.: ____-____-____
Morada: _____
Localidade: _____ Código Postal: ____-____
Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Área de Actividade: _____
Empresa: _____ N° Contribuinte: _____
Assinatura: _____
Data: ____-____-____

Os dados recolhidos serão processados automaticamente e destinam-se à gestão de assinatura e apresentação de propostas futuras. É garantido o acesso aos dados e à sua actualização. Caso não pretenda outras propostas comerciais, assinale ☐. Se deseja que os seus dados não sejam facultados a terceiros, assinale ☐.

SUMÁRIO - DEZEMBRO 2009 | JANEIRO 2010

3 EDITORIAL

por João Machado

6 TRADIÇÕES

Cantar as Janeiras

8 TRATADO DE LISBOA

Começou a reforma institucional da União Europeia

10 DITO & ESCRITO

FICHA TÉCNICA

Director
Luís Mira

Equipa redactorial
Célia Andrade
candrade@cap.pt
António Alpalhão
aalpalhao@cap.pt
Carlos Caseiro
ccaseiro@cap.pt

Colaboração especial
João Soares
João Carvalho
Joana Andrade
Joana Domingues
Domigos Leitão
Marques Valentim

Secretariado, informática e assinaturas
Ilda Garcia
ilda@cap.pt
Mário Costa
mcosta@cap.pt
Manuel Borges
mborges@cap.pt
Sónia Correia
socorreia@cap.pt

Redacção e publicidade
Av. do Colégio Militar, lote 1786
1549-012 Lisboa

Design e pré-impressão
JM Design&Edições

Impressão e acabamento
Shining Minds, Lda.

Revista do Agricultor
revistaagricultor@cap.pt

Propriedade da Confederação dos Agricultores de Portugal
Av. do Colégio Militar, lote 1786,
1549-012 Lisboa
Tel.: 217 100 000
cap@cap.pt
www.cap.pt

Tiragem 10000
Periodicidade bimestral
Depósito Legal 15758/87
Registo de Imprensa 113433

Fotografia na CAPA: NASA



12 ENTREVISTA

Com Paulo Canaveira, que integrou a equipa negocial portuguesa na preparação à Cimeira de Copenhaga

16 CIMEIRA - COPENHAGA

O planeta à procura de equilíbrio

20 SEMINÁRIO

Alterações climáticas desafiam produção florestal

22 OPINIÃO

Governo: a primeira das prioridades florestais, por João Soares

24 DA TERRA AO MAR

Por um país mais bio

26 ACTUALIDADES

28 PERGUNTAS & RESPOSTAS

30 CONSERVAÇÃO

A invasão anual dos pombos, por João Carvalho da ANPC

32 PATRIMÓNIOS

O cavalo Sorraia, um ancestral em perigo de extinção

34 ASSOCIATIVISMO

A CAP em 2010: ano novo, a determinação de sempre

36 CONTABILIDADE

SNA explicado aos agricultores

38 OUTRAS NOTÍCIAS

42 ESPAÇO EMPRESARIAL

45 RUMORES DE BRUXELAS

46 SUSTENTABILIDADE

As feiras de turismo ornitológico, SPEA

49 INTERVALO

50 CANTINHO DOS MAIS PEQUENOS



CANTAR AS JANEIRAS



O Natal, festa das maiores para os cristãos, vive no aconchego das famílias e nas tradições que percorrem toda a época natalícia. É altura de doces, de luzes e de cantos, onde, amiúde, o profano toca o sagrado, mas sempre a favor da alegria e do bem-estar, que se pretende, geral. É uma época feliz.

Passada a consoada, já o deus Janus se apronta para anunciar o novo ano, com o seu mês de Janeiro, mas as festas continuam, pois só terminarão no dia de Reis, a 6 do mês. Janus, na mitologia greco-romana, é o deus dos portais, dos inícios e fins. Associados a ele também vem a mudan-

ça entre a vida primitiva e a civilização, o obscurantismo e a ciência, o campo e a cidade e as cerimónias de mudança durante as vidas dos mortais.

Janus nasceu na Tessália, Grécia, e ao se mudar para o Lácio, casou-se com a rainha, dividindo o reino. Após a morte de sua mulher, Janus passou a governar sozinho. Durante seu governo, desenvolvimentos científicos (como a moeda, o cultivo e as leis) foram implementados, levando ao Lácio um período de paz e prosperidade. Ao morrer, Janus recebeu o status de deus, devido à sua vida dedicada às transformações.

Em honra de Janus, os romanos saudavam-se de forma mais efusiva, no começar do novo ano, daí provavelmente derivam as tradicionais “Janeiras”.

Entre o dia 1 e 6 de Janeiro, as “Janeiras” ou “Cantar as Janeiras”, tem vasta tradição em Portugal, muito especialmente nas regiões interiores do país.

Formam-se grupos pequenos ou com dezenas de elementos

que cantam e animam as localidades, indo de casa em casa ou colocando-se num local central (esta é uma versão mais recente), desejando de forma tradicional um bom ano a todos os presentes. Fazem-se acompanhar por acordeão, pandeireta, bombo, flauta, viola, etc.,

Terminada a cantiga, frente a uma das casas, espera-se que os donos tragam então as prendas em agradecimento: castanhas, nozes, frutas, chouriças, morcelas, mas também chocolates e dinheiro, apesar destes últimos não serem da tradição. No fim da caminhada, o grupo diverte-se cantando e comendo o que conseguiram arranjar com as cantorias. As músicas utilizadas, são por norma já conhecidas só derivando a letra em cada terra.

VERSOS TRADICIONAIS

*Vamos cantar as janeiras
Vamos cantar as janeiras
Por esses quintais adentro vamos
Às raparigas solteiras*

*Vamos cantar orvalhadas
Vamos cantar orvalhadas
Por esses quintais adentro vamos
Às raparigas casadas*

*Vira o vento e muda a sorte
Vira o vento e muda a sorte
Por aqueles olivais perdidos
Foi-se embora o vento norte*

*Muita neve cai na serra
Muita neve cai na serra
Só se lembra dos caminhos velhos
Quem tem saudades da terra*

*Quem tem a candeia acesa
Quem tem a candeia acesa
Rabanadas pão e vinho novo
Matava a fome à pobreza*

*Já nos cansa esta lonjura
Já nos cansa esta lonjura
Só se lembra dos caminhos velhos
Quem anda à noite à ventura*



NOVO T7000 AUTO COMMAND ASSUMA O CONTROLO

A NOVA GERAÇÃO DE CAIXAS DE VELOCIDADES CONTÍNUAS DA NEW HOLLAND

Os tractores New Holland Série T7000 Auto Command™ apresentam a derradeira experiência de condução. Oferecem uma transmissão CVT avançada com comando através da alavanca multifunções CommandGrip™ de uso intuitivo e um apoia-braços SideWinder™ II de excelente ergonomia. Estes novos tractores proporcionam o máximo conforto combinado com uma facilidade de manobra incomparável. Escolha entre cinco modelos de 215 até 251 CV (com gestão de potência) e veja como aumenta a sua produtividade. É o momento de assumir o controlo.



Tractor do Ano 2010
Agritechnica 2009



**Tractor de Ouro
pelo design**
Agritechnica 2009



O SEU PRÓXIMO PASSO | www.newholland.pt

ESPECIALISTAS NO SEU SUCESSO

Começou a reforma institucional da União Europeia

No dia 1 de Dezembro entrou em vigor o Tratado de Lisboa.

As instituições serão reformadas e o poder distribuído por três presidentes: Comissão Europeia, Parlamento e Conselho Europeu, e ainda pelo alto representante para as relações externas e política de segurança.

Em 2001 os líderes da União Europeia concordaram que o Tratado de Nice não era garantia suficiente para os desafios que a Europa se preparava para enfrentar, sendo necessário um tratado reformador. Ao fim de oito anos de negociações, de avanços e recuos, a União Europeia tem, finalmente, um novo tratado, que a orientará na governação dos próximos anos: o Tratado de Lisboa. No dia 1 de Dezembro, junto à Torre de Belém, não faltaram palavras de esperança aos oradores da cerimónia oficial. Desde Cavaco Silva a José Sócrates, passando por Durão Barroso e Herman van Rompuy, todos foram unânimes em considerar o momento como histórico e fundamental na construção europeia.



AS NOVIDADES DO TRATADO

■ É renovado o sistema de votos no Conselho Europeu e alargado o domínio político da co-decisão ao Parlamento Europeu que conquista mais poder. A co-decisão, passa a incidir sobre 95% das decisões europeias (contra os actuais 75%) sendo alargada a domínios políticos como Agricultura, Assuntos Internos e Justiça.

■ A maioria qualificada torna-se regra na maior parte das decisões em substituição da unanimidade. A excepção fica reservada para questões pertinentes como a revisão dos tratados ou as decisões sobre as receitas do orçamento comunitário e as decisões sobre Defesa, Política Externa e Fiscalidade. Ou seja, os governos aceitam que não poderão impedir uma decisão e que serão obrigados a aplicá-la no seu território mesmo que tenham votado contra.

■ Em 2014 entrará em vigor um novo regime de votos no Conselho, no que respeita às “maiorias qualificadas” que é por enquanto a regra nas votações ministeriais. No entanto, por exigência da Polónia, o novo tratado prevê que entre 2014 e 2017 qualquer Estado possa pedir que uma votação se realize segundo as regras

ponderadas do Tratado de Nice (mais favoráveis a países como a Polónia, Espanha e Portugal).

■ O conceito de “dupla maioria” vai ditar que os votos de cada país reflectam uma ponderação com base na população, pelo que a nova maioria qualificada ficará acima dos 55% de países e 65% da população europeia. Isto é, uma decisão obterá uma maioria qualificada sempre que reunir o apoio de 55% dos Estados, representando 65% da população. Ao invés, uma minoria de bloqueio será constituída por uma coligação de pelo menos 4 países, representando pelo menos 35% da população da UE.

■ Mantém-se o número de comissários, um por cada Estado-membro, uma das exigências da Irlanda.

■ Pela primeira vez, o Tratado reconhece explicitamente a possibilidade de um Estado-membro abandonar a União Europeia.

■ As presidências rotativas continuarão semestralmente. A primeira a experimentar a nova partilha de poderes será Espanha.

PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU



»Herman van Rompuy

Antes de aceitar ser o primeiro presidente permanente do Conselho da Europa, Herman van Rompuy foi primeiro-ministro da Bélgica durante os últimos onze meses. Antes disso, este democrata-cristão formado em filosofia e em economia já havia sido ministro das Finanças entre 1993 e 1999. É conhecida a sua oposição à entrada da Turquia na União Europeia. O cargo de presidente do Conselho Europeu, tem um mandato de dois anos e meio que poderá ser renovado uma única vez. Será eleito pelos chefes de Estado e de Governo e deverá ter experiência como primeiro-ministro ou presidente de um dos 27 Estados-membros. Das suas funções consta o comando das reuniões de líderes e assegurar a continuidade dos trabalhos da instituição.

ALTO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES EXTERNAS E POLÍTICA DE SEGURANÇA



»Catherine Ashton

Quando o comissário do Comércio, Peter Mandelson, foi chamado para o governo de Gordon Brown foi a trabalhista Cathy Ashton que o substituiu na Comissão Europeia. Antes, esta economista conhecida por trabalhos desenvolvidos na área das minorias, da desigualdade e dos direitos humanos havia sido líder da Câmara dos Lordes, em 2007. Agora tem a seu cargo a diplomacia da Europa sendo, na prática, o ministro dos Negócios Estrangeiros dos 27 Estados-membros, com poderes no Conselho e na Comissão Europeia, a “natureza bipolar” da política externa da UE inaugurada com o Tratado de Lisboa. Sob as suas ordens vai estreitar-se o SEAE - Serviço Europeu de Acção Externa, que integrará diplomatas dos diversos Estados-membros, criando uma rede diplomática global, com mandato sobre a política externa comunitária que era, até agora, da responsabilidade da Direcção-geral do Desenvolvimento.

PODERES PARTILHADOS

Com o novo Tratado de Lisboa, a União Europeia prepara-se para distribuir o poder. A par do presidente da Comissão Europeia e do presidente do Parlamento Europeu, respectivamente Durão Barroso e o polaco Jerzy Buzek, há agora mais dois cargos no topo da hierarquia: o de Presidente Permanente do Conselho Europeu e o de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança.

A COMISSÃO 2009-2014

A lista que se segue apresenta os candidatos escolhidos por Durão Barroso para constituírem a próxima Comissão Europeia, onde há três novas pastas: Acção para o Clima; Assuntos Internos e Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania. Os candidatos serão sujeitos a apreciação e aprovação do Parlamento Europeu e iniciarão funções em Fevereiro de 2010, mantendo-se a anterior Comissão em gestão corrente até essa data.

- **Presidente**, Durão Barroso, Portugal
- **Alto Representante dos Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-presidente**, Catherine Ashton, Reino Unido
- **Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania e Vice-presidente**, Viviane Reading, Luxemburgo
- **Concorrência e Vice-presidente**, Joaquín Almunia, Espanha
- **Transportes e Vice-presidente**, Siim Kallas, Estónia
- **Agenda Digital e Vice-presidente**, Neelie Kroes, Holanda
- **Indústria e Empreendedorismo e Vice-presidente**, Antonio Tajani, Itália
- **Vice-presidente para as Relações Interinstitucionais e a Administração**, Maros Sefcovic, Eslováquia
- **Agricultura e Desenvolvimento Rural**, Dacian Cioloș, Roménia
- **Orçamento e Programação Financeira**, Janusz Lewandowski, Polónia
- **Acção a favor do Clima**, Connie Hedegaard, Dinamarca
- **Desenvolvimento**, Andris Piebalgs, Letónia
- **Assuntos Económicos e Monetários**, Olli Rehn, Finlândia
- **Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude**, Androulla Vassiliou, Chipre
- **Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão**, László Andor, Hungria
- **Energia**, Günter Oettinger, Alemanha
- **Alargamento e Política Europeia de Vizinhança**, Stefan Füle, República Checa
- **Ambiente**, Janez Potocnik, Eslovénia
- **Saúde e Protecção dos Consumidores**, John Dalli, Malta
- **Assuntos Internos**, Cecilia Malmström, Suécia
- **Mercado Interno e Serviços**, Michel Barnier, França
- **Cooperação Internacional, Ajuda Humanitária e Resposta às Crises**, Rumiana Jeleva, Bulgária
- **Assuntos Marítimos e Pescas**, Maria Damanaki, Grécia
- **Política Regional**, Johannes Hahn, Áustria
- **Investigação e Inovação**, Máire Geoghegan-Quinn, Irlanda
- **Fiscalidade e União Aduaneira, Auditoria e Luta Antifraude**, Algirdas Semeta, Lituânia
- **Comércio**, Karel de Gucht, Bélgica

“Estou ansiosamente à espera do primeiro telefonema (de Barack Obama)”

Herman van Rompuy
Visão, 26/11/2009

“A quem é que eu telefono se quiser falar com a Europa?”

Henry Kissinger



“Não vou esconder a minha decepção: o Acordo de Copenhaga está claramente abaixo das ambições europeias”

Durão Barroso
Expresso, 24/12/2009

“A principal terapia de uma sociedade com pouca esperança é conviver mais, ouvir-se mais, é escutar-se mais”

D. Manuel Clemente
DN, 27/12/2009

“São escandalosos os níveis de corrupção que este país está a registar. É escandalosa a disparidade que existe nas compensações de determinados cidadãos”

Eugénio da Fonseca, presidente da Caritas
Jornal “i”, 07/12/2009



“ Não me espantaria vê-lo (ao ministro das Finanças) tomar medidas a que sempre se opôs para resolver uma situação que sempre negou”

Manuela Ferreira Leite,
Expresso, 28/11/2009

“ Os mercados deixaram de andar distraídos. Se Portugal não apresentar já, no Orçamento para 2010, medidas concretas e credíveis de redução do défice, perderá a credibilidade que lhe resta, pagando mais pelos empréstimos externos que terá de contrair”

Francisco Sarsfield Cabral
Público, 28/12/2009
DE, 07/12/2009

“ O ministro das Finanças em Portugal não tem poder. Eu acho que isto é um atentado à democracia”



Braga de Macedo
“i”, 28/12/2009

“A União não precisa à sua frente de um “relações públicas” ou de um missionário. Precisa de uma cerzideira que não deixe o tecido da construção ser rompido”.

José Cutileiro
Expresso, 28/11/2009



“Se a Europa não se cuida, em dez anos EUA e China dominam o mundo”

Jacques Delors
“I”, 07/12/2009



“O único perigo de revolta social surge se não ganharmos a Copa de 2014”

Lula da Silva
“I”, 09/12/2009

“(Na UE) o problema não é a falta de tratados ou de inteligência para perceber os desafios que enfrentamos. O problema é a perda de vontade política para enfrentarmos os problemas da vida real”



Felipe González
DN, 25/11/2009



“Alguns membros da UE estiveram à beira da bancarrota e nós evitámos que tal acontecesse.”

José Luis Zapatero
Presidente do governo espanhol
“I” 02/12/2009

“Os agricultores têm razões de queixa”

António Serrano, ministro da Agricultura
Expresso, 28/11/2009

“A qualidade dos produtos da UE não tem rival”

Comissária Mariann F. Böel

“Não vim para o Parlamento Europeu para fazer turismo”

Paulo Rangel, eurodeputado PSD
30/11/2009



“Tomámos medidas para que o PRODER possa ser agora acelerado, para que o dinheiro do orçamento possa agora ser posto ao serviço do investimento privado na agricultura. Essas medidas foram já tomadas e com resultados”

José Sócrates, em resposta ao líder do CDS-PP
Lusa, 05/11/2009

“Não haverá aumento de impostos porque as prioridades serão crescimento e emprego”

José Sócrates
Jornal “I”, 25/11/2009

O GRANDE VAI SER O RISCO

Revista do Agricultor - O que poderíamos esperar da Cimeira de Copenhaga, na sua perspectiva?

Paulo Canaveira - Seria de esperar um possível acordo abrangente, o que significaria incluir não apenas os principais países desenvolvidos mas também os principais países em vias de desenvolvimento, a comprometerem-se com acções concretas no domínio da redução de emissões de carbono. Isto implica, obviamente, estarem incluídos os Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão. Pelo lado dos países em desenvolvimento, implica estarem presentes os três gigantes: China, Índia e Brasil.

RA - As alterações climáticas, nomeadamente o aquecimento global, constituem já um processo inevitável e irreversível ou, tal como aconteceu com o chamado “buraco do ozono”, ainda vamos a tempo de remediar a situação?

PC - O painel de cientistas que apoia a negociação tem vindo a alertar para que mesmo que hoje parássemos todas as emissões de carbono iríamos assistir, ainda assim, a um aumento das temperaturas do planeta. Trata-se de um efeito conhecido por inércia climática e que é o resultado acumulado do que fizemos colectivamente enquanto humanidade até ao momento. O objectivo não é parar as emissões, é estabilizar as concentra-

“mesmo que hoje parássemos todas as emissões de carbono iríamos assistir, ainda assim, a um aumento das temperaturas do planeta”



PROBLEMA DE INCÊNDIO

“O grande problema vai ser o aumento do risco meteorológico de incêndio (...) o que vai obrigar a modificar as políticas de gestão do risco de incêndio”

de carbono a um nível que a temperatura global não aumente mais do que 2 graus célsius.

O que a análise científica existente sugere é que, se formos além dos dois graus, existem uma série de processos biológicos e outros que serão desencadeados e que poderão tornar o processo mais rápido e irreversível. Este limite é apresentado pelos cientistas

como o máximo que conseguimos gerir, a partir daí a situação pode tornar-se muito complicada.

RA - A contabilização das retenções de carbono e a transacção de créditos nesta ma-

téria, poderá contribuir significativamente para alterar a silvicultura como actividade económica?

PC - O futuro da floresta numa perspectiva de carbono vai depender, desde logo, de saber como essa floresta vai reagir a um clima diferente. Admitindo que essa adaptação se consegue fazer de uma forma satisfatória, a floresta estará, tal como os outros sectores, sensível a estímulos económicos directos e indirectos.

Se houver uma apelo muito grande em relação à bioenergia, por via destas questões, isso terá seguramente um impacto económico sobre a floresta, porque irá certamente motivar o aumento de procura por determinadas matérias-primas, que hoje possa ser incipiente ou não existir. Formas directas de estimular a floresta envolvem, possivelmente, políticas de remuneração de CO₂, que alguns países estão a estudar e que outros, nomeadamente ao nível da União Europeia, têm relutância em aceitar. No caso da Nova Zelândia foi claramente seguida a premissa de que as florestas têm um sinal de preço de carbono que é igual ao dos outros sectores.

RA - A eventual reconfiguração do mapa florestal europeu, em consequência das alterações climáticas, poderá conduzir à necessidade de adoptar novas políticas europeias relativamente à produção florestal que actualmente se pratica nos vários países?

PC - A concretizarem-se as alterações climáticas, eu penso que isso será

Paulo Canaveira faz parte do comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas e integrou a equipa negocial portuguesa de preparação da Conferência de Copenhaga. Para este engenheiro florestal, as alterações climáticas aumentam exponencialmente o risco de incêndio e impõem uma alteração das políticas de gestão desse risco. As alterações climáticas deverão impor às florestas do sul da Europa um aumento dos factores de stress das árvores, com períodos de seca prolongada e vagas de calor intenso. Os produtores florestais terão de efectuar um balanço permanente entre as emissões e o sequestro de carbono das suas explorações.



uma inevitabilidade. Os impactos serão, porém, diversificados consoante a região da Europa que considerarmos. Poderemos prever para a Escandinávia aumentos de produtividade muito significativos. Tendo em conta o aumento de temperatura, as árvores vão crescer durante mais meses. Por outro lado, na mesma região, os solos orgânicos vão começar a libertar enormes quantidades de metano e de dióxido de carbono. Portanto, ainda não se percebe muito bem se, no entre-balanço destas duas tendências, a situação geral vai melhorar ou piorar.

No sul da Europa, nomeadamente em torno do mediterrâneo, o grande problema vai ser o aumento do risco meteorológico de incêndio. Isto não significa necessariamente que tenhamos mais incêndios do que temos actualmente, mas o risco vai ser substancialmente superior, o que vai obrigar a modificar as políticas de gestão do risco de incêndio.

RA - O mercado dos créditos de carbono poderá ficar também dependente da existência de sistemas de seguros?

PC - O papel das seguradoras neste contexto é um pouco incógnito, porque estas questões provavelmente ainda não começaram a ser tratadas com a profundidade que este tema vai exigir. Há várias iniciativas a nível europeu, não necessariamente ligadas ao sector florestal, mas relativas, por exemplo, a risco de inundações e outras calamidades potencialmente resultantes das alterações climáticas, com as seguradoras a considerar a forma de adaptação dos seus produtos a essa realidade.

RA - Na sua perspectiva, quais serão os previsíveis impactos na floresta portuguesa, em primeiro lugar, provocados pelas alterações climáticas e, além disso, pelos acordos internacionais que venham a efectuar-se nesta matéria?



PC - Em termos de impacto previsível das alterações climáticas, o cenário não será dos mais favoráveis, na

medida que se espera uma diminuição da pluviosidade associada a aumentos significativos de temperatura. Esses aumentos vão ser provavelmente mais severos no interior do que no litoral, o que tem, desde logo, consequências sobre a mortalidade das próprias árvores, as quais vão ter de suportar períodos

de stress hídrico mais prolongados, além de efeitos relativos aos incêndios florestais. Assim, condições mais secas e mais quentes normalmente propiciam incêndios mais violentos. Há, portanto, um impacto que se torna identificável em termos de tendência previsível.

Os acordos internacionais não vão, eles próprios, colocar exigências sobre o sector florestal ou sobre qualquer sector da economia portuguesa. Os acordos irão colocar exigências sobre todos os sectores, colectivamente, cabendo ao Estado português definir de que forma é que atinge o objectivo relativamente às emissões de carbono. Não é evidente que haja um sector que permita resolver o problema de forma isolada. Seguramente o resultado final, à semelhança do que

aconteceu já anteriormente com o protocolo de Quioto, irá recorrer a um conjunto de medidas, as quais todas so-madas permitirão cumprir o objectivo. Assim, seguramente, o sector florestal será chamado a contribuir. Será, porém, prematuro considerar sobre a forma e a quantidade na qual isso vai acontecer.

RA - De acordo com um cenário mais pessimista, com mutações climáticas mais aceleradas do que possamos admitir, o que poderá esperar a floresta portuguesa?

PC - Penso que teremos que adequar a resposta política e técnica à dimensão do problema. Os fenómenos de seca que temos vivido podem ser cíclicos ou podem já estar relacionados com as alterações climáticas. Se isso for um padrão que se repete, temos de pensar em redefinir a forma como gerimos a floresta, o tipo de espécies que utilizamos e o tipo de variedades dessas mesmas espécies. Há, neste caso, um papel importante para a engenharia genética, no sentido de definir novas plantas das mesmas espécies que já utilizamos hoje mas que tenham, porventura, maior capacidade de resistência ao que nós sabemos que serão factores de stress, ou seja, ondas de calor e seca severa.

Se conseguirmos desenvolver, do ponto de vista genético, plantas melhoradas para suportar de forma mais adequada as condições de seca e de calor, isso será positivo. Tudo o que sejam medidas de gestão de solo, as quais maximizem a retenção da água, são também potencialmente interessantes numa

lógica de períodos de seca mais prolongados. Penso que deveremos, portanto, colocar a questão do lado do desafio, nomeadamente de saber o que precisamos modificar na floresta para garantir que ela continue a ser um sector interessante e com futuro, mais do que na perspectiva catastrofista de saber qual será o pior cenário.

espera-se uma diminuição da pluviosidade associada a aumentos significativos de temperatura, provavelmente mais severos no interior do que no litoral”

há um papel importante para a engenharia genética, no sentido de definir novas plantas com maior capacidade de resistência a factores de stress como a seca e as vagas de calor intenso”



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

UM **SABER**
DE GERAÇÕES
PARA
PREPARAR
O FUTURO.



PARTICIPE NESTA COLHEITA. OS SEUS DADOS SÃO AS SEMENTES DO FUTURO.

DE NOVEMBRO 2009 A MAIO 2010 **COLABORE COM O RECENSEADOR DO INE.**
A SUA PARTICIPAÇÃO É DECISIVA E AS RESPOSTAS SÃO CONFIDENCIAIS.

recenseamento
Agrícola 2009

<http://rs09.ine.pt>

O PLANETA À PROCURA DE EQUILÍBRIO

“Não podemos separar população e consumo”.

Paul Ehrlich

Cientista e autor do livro *Population Bomb*

Durante duas semanas, de 7 a 18 de Dezembro, o mundo concentrou a sua atenção nas alterações climáticas. Com mais ou menos responsabilidades na matéria, 192 países representados pelos seus chefes de Estado e de governo passaram por Copenhaga à procura de acordos para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) ou, pelo menos, de um calendário de decisões a tomar ao longo de 2010 para que o planeta não continue a aquecer.

Apesar da dificuldade em chegar a consensos, o mundo percorreu um longo caminho desde a Conferência do Rio até Copenhaga. Em 92, a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, deu ao mundo o primeiro tratado sobre o clima: a Convenção-Quadro da ONU sobre Alterações Climáticas. Foi graças a ela que apareceu o Protocolo de Quioto, cinco anos mais tarde.

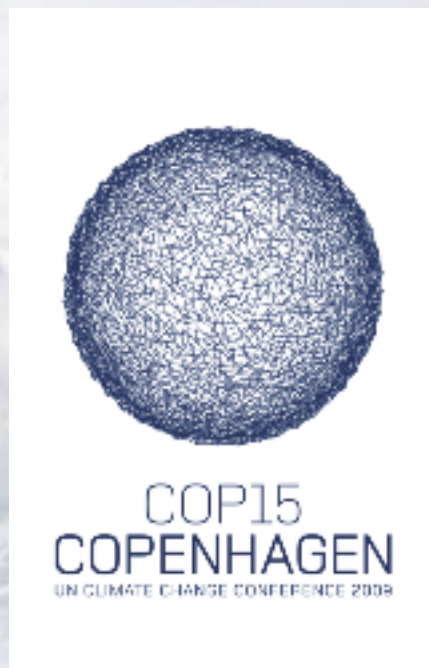
No Japão, em 1997, estabeleceu-se um protocolo que apenas responsabilizava os países desenvolvidos e somente se estes ratificassem o protocolo. O processo de ratificação demorou oito anos

e os Estados Unidos e a Austrália nunca o ratificaram. Nos dois últimos anos, o problema do clima globalizou-se e acelerou os preparativos para Copenhaga. Em Fevereiro de 2007, o relatório do IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas da ONU), anunciou uma probabilidade de 90% na relação directa entre a actividade humana e o aquecimento do planeta. Meses mais tarde, o prémio Nobel da Paz foi atribuído em simultâneo ao IPCC e a Al Gore, o ex vice-presidente americano que fez campanha pelo ambiente, apresentando em todo o mundo o filme “Uma Verdade Inconveniente”. Pela primeira vez, e de forma muito determinada, a teoria do aquecimento global ganhou incontestados contornos políticos e acusou a actividade humana das últimas décadas, de estar na origem do problema das alterações climáticas.

Este conceito antropogénico de aquecimento do planeta é a pedra de toque dos chamados cépticos que não consideram que a subida de temperatura se deva “maioritariamente” a actividades humanas.

Polémica à parte, quem se dedica ao estudo e investigação do clima é unânime em concordar que o planeta está mais quente.

Porém, entre os especialistas que defendem a teoria das alterações climáticas, não há entendimento quanto às previsões nem quanto aos cenários que as mesmas provocarão. Esta discordância tem influenciado as decisões políticas e por isso a “partilha de encargos” é um dos pontos mais quentes das cimeiras sobre clima: quem deve reduzir as emissões? E em quanto deverão ser reduzidas?



Conseguir em Copenhaga um acordo mundial que pudesse travar o aquecimento do planeta e suceder ao Protocolo de Quioto, era o objectivo da 15ª Conferência da ONU sobre Clima. Esse objectivo falhou e há uma nova conferência marcada para Dezembro de 2010, na cidade do México

2 graus centígrados
é o limite de segurança aceite pelos especialistas para um aumento da temperatura da Terra.

24 de Outubro
Dia Internacional da Acção Climática.

NOTAS SOBRE QUIOTO

9,1 mil milhões
estima-se que será a população mundial no ano de 2050, ano meta das previsões relativas às alterações climáticas.

86 por cento
é quanto a concentração de CO₂ contribuiu no aumento do efeito de estufa nos últimos 5 anos com de acordo com as medições da Organização Meteorológica Mundial.

O Protocolo de Quioto foi negociado no Japão em 1997. Para entrar em vigor, precisou que 55% dos países que juntos produzissem 55% das emissões, o ratificassem. Esse processo demorou 8 anos e Quioto só entrou em vigor em 2005. Constituiu-se como um tratado internacional, com compromissos sobre a redução da emissão de gases com efeito de estufa, tendo 1990 como ano de referência. Quioto propôs uma redução de emissões de GEE em pelo menos 5,2% até 2012.

90 por cento
é, segundo o IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas), a percentagem provável de contribuição do homem no aquecimento global do planeta.

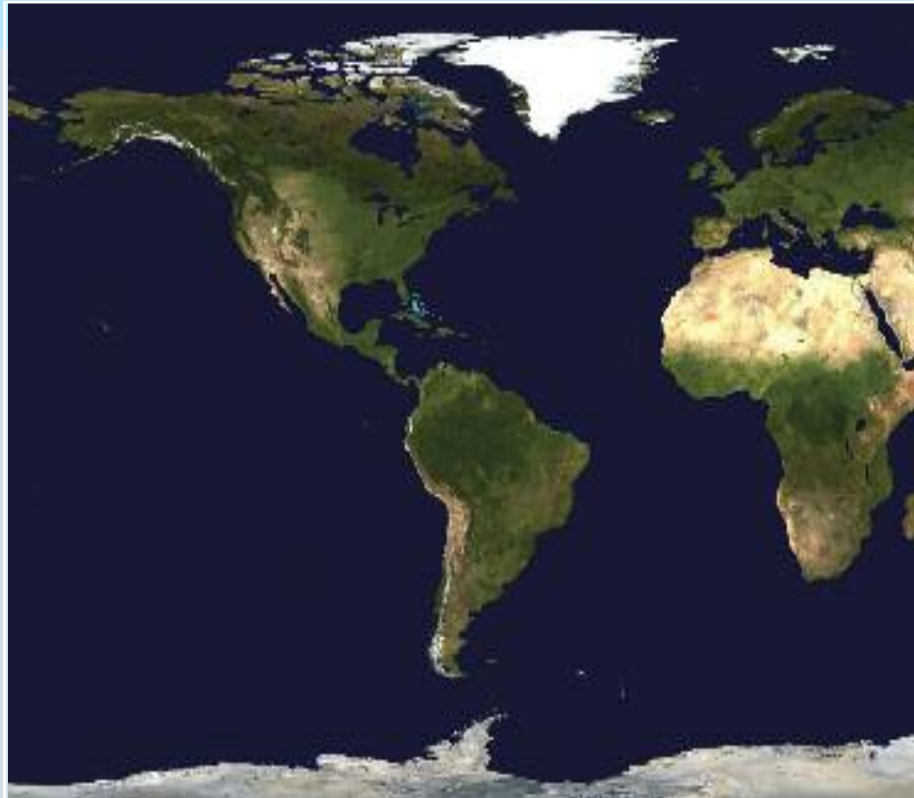
100 mil milhões
de dólares por ano é o valor estimado pelo Banco Mundial como necessário para ajudar os países pobres a reduzirem as emissões.

19 é o número de países que constitui o bloco económico Ásia-Pacífico (APEC), os quais são apontados como responsáveis por 2/3 das emissões globais.

44 mil milhões
de toneladas de CO₂ em 2020 era a quantidade de redução necessária para limitar o aumento da temperatura global a 2°C, até ao fim do século XXI, segundo o PNUA (Programa Ambiental das Nações Unidas)

O protocolo que Quioto comprometia os Estados signatários a reduzir até 8% as suas emissões de gases com efeito de estufa, até 2012. A parada em Copenhaga foi bem mais alta: para que a temperatura global não continue a aumentar para além dos 2°C “de segurança limite”, o IPCC recomenda reduções de 25 a 40% até 2020 e de 50% das emissões actuais, em todos os países, até 2050. A concentração actual de CO₂ na atmosfera é de 390 ppm (partes por milhão) e quando era de 275 ppm na era pré-industrial; o Banco Mundial estima em 100 mil milhões dólares por ano, o dinheiro necessário para ajudar os países em desenvolvimento a não aumentarem as suas emissões.

Foram estes os números discutidos em Copenhaga por todos os blocos económicos, mas sobretudo pelos três protagonistas: União Europeia, Estados Unidos e China.



OS PROTAGONISTAS DE COPENHAGA

UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia tem desempenhado desde sempre um papel de relevo na questão das alterações climáticas, tendo participado e ratificado o Protocolo de Quioto. Nos preparativos para a Cimeira de Copenhaga, a UE mostrou-se disposta a encerrar na Dinamarca o ciclo aberto na Conferência do Rio em 1992, fazendo da política contra as alterações climáticas uma prioridade na agenda da Comissão Europeia presidida por Durão Barroso e demonstrando a vontade política necessária para conseguir um acordo mundial que pudesse entrar em vigor antes do fim da primeira fase de Quioto, em Janeiro de 2013.

Nesta perspectiva, foi a União Europeia que elevou o patamar negocial de Copenhaga ao arriscar uma proposta ambiciosa, com duas linhas de compromisso:

- Redução do volume de emissões de gases com efeitos de estufa em 20% até 2020 (face ao ano de referência 1990), mas disposta a ir até aos 30%, desde que outros países desenvolvidos a acompanhassem;

- Introdução de ajudas financeiras aos países em desenvolvimento para que adoptassem tecnologias menos poluentes. Segundo estimativas da própria Comissão, o seu contributo para essa ajuda internacional poderia ir de 3 a 15 mil milhões de euros/ano, um valor colocado sobre a mesa, mas a consolidar depois.

EUA

Uma posição mais cautelosa foi construída pelos países desenvolvidos, nomeadamente pelos Estados Unidos. Receosos de comprometerem a sua economia com a apresentação de valores fixos, os países desenvolvidos aguardaram em silêncio e procuraram repor o debate sobre o comércio de créditos de carbono. No caso dos Estados Unidos, enquanto segundo maior emissor de CO₂, o seu compromisso era essencial para levar a cabo medidas concretas, impossibilitando de qualquer redução das emissões ou estabilização do aumento da temperatura global se ficassem fora ou muito aquém dos limiares esperados.

Oito anos após terem recusado Quioto, quatro anos depois de terem sofrido o flagelo do furacão Katrina e no primeiro ano de mandato do presidente Barack Obama, a Cimeira de Copenhaga alimentou expectativas de uma nova atitude por parte dos americanos. Porém, isso não aconteceu e a questão ainda é discutida internamente, num aceso debate político. A primeira proposta americana só surgiu poucos dias antes do início da COP15:

- com o ano de 2005 como referência, uma redução de 17 % das emissões de CO₂ até 2020, 30% em 2025 e 42% em 2030 (comparando 1990 a redução vai de 3 a 34%) e até 83% até 2050.

CHINA

No pólo oposto, com a China a liderar, os países em desenvolvimento optaram por uma posição de exigência. Também chamados G77, estes países formam um grupo heterogéneo onde se destacam economias emergentes com alguns dos maiores índices de emissões do planeta, como a China, Índia, Brasil, Indonésia, África do Sul ou México.



COPENHAGA

O acordo possível

Ao fim de doze dias, Copenhaga não produziu mais do que um acordo voluntário, sem meta, sem data, sem fiscalização nem compromissos. Este “resultado”, foi conseguido a poucas horas do encerramento da Cimeira, quando os Estados Unidos, em representação do bloco dos países desenvolvidos, conseguiram uma base de entendimento com os quatro países mais ricos dos países em desenvolvimento: China, Índia, Brasil e África do Sul.

Depois de tanta expectativa, as primeiras conclusões revelaram-se desanimadoras. Foi conseguido um acordo que apenas compromete os subscritores, que não tem poder vinculativo nem estabelece metas para as reduções das emissões onde a China e os Estados Unidos conseguiram impor uma nova liderança, comprometendo a ambição da União Europeia nesta matéria.

Quanto ao Acordo, propriamente dito, os países presentes “tomaram nota” das seguintes intenções:

- limitar o aumento da temperatura média da Terra, em 2 graus centígrados, através de um conjunto de compromissos voluntários de diminuição das emissões e dos ritmos de crescimento;
- entregar a fiscalização do cumprimento dos compromissos aos próprios países, com excepção para as acções financiadas pelos países ricos, que serão sujeitas a auditoria externa;
- confirmar que o financiamento dos países em desenvolvimento se estabeleceu em 30 mil milhões de dólares entre 2010 e 2012 e em 100 mil milhões de dólares anuais a partir de 2020, mas desconhecendo-se quem e como se pagará estes último montante;
- garantir que os 30 mil milhões de dólares dos próximos três anos serão suportados pela União Europeia (10,6 mil milhões), Japão (11 mil milhões) e Estados Unidos (3,6 mil milhões).

Reclamando para si o direito moral ao desenvolvimento e ao crescimento da economia, partiram para a negociação com um desafio: que os países desenvolvidos assumissem uma redução das suas emissões entre 25 e 40%, com o ano de 1990 como referência.

A China pode ser hoje o maior emissor de GEE, mas esse lugar foi dos EUA e ainda hoje a emissão per capita chinesa é 1/4 da dos Estados Unidos. Quanto à questão dos países desenvolvidos transferirem as suas emissões de GEE para as nações em desenvolvimento, onde instalam as suas indústrias, a China considerou uma outra possibilidade: que os consumidores assumissem a responsabilidade da produção de certos bens e não os países onde estes são produzidos.

Reservada, a China aguardou pela posição dos EUA e só depois confirmou a presença do primeiro-ministro Wen Jiabao na Dinamarca. Pela primeira vez, a proposta chinesa colocou números sobre a mesa de negociações:

- um plano de eficiência energética para reduzir 40 a 45% a intensidade carbónica (emissões de CO₂ por unidade de riqueza produzida) até 2020, relativamente a níveis de 2005. Segundo os analistas, estas contas significam que as emissões vão continuar a aumentar, apenas num ritmo mais lento.

SABIA QUE...

>Os GEE são: Dióxido de carbono (CO₂), Metano (CH₄), Óxido nitroso (N₂O), Hidrocarbonetos fluorados (HFC), Hidrocarbonetos perfluorados (PFC) e Hexafluoreto de enxofre (SF₆);

>A China é o maior emissor global com 16%, os EUA com 14%, a UE com 11%, a Indonésia com 7% e o Brasil com 5%;

>A COP 16 terá lugar na cidade do México em Dezembro de 2010. Talvez aí surja um acordo vinculativo para os anos 2013-2020.



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PRODUÇÃO FLORESTAL

A conferência de Copenhaga destinou-se a concretizar um acordo político sobre a acção conjunta a desenvolver a nível mundial, no sentido de fazer face às alterações climáticas e dar seguimento à primeira fase do Protocolo de Quioto. As negociações relativas a este possível acordo, no quadro das Nações Unidas, acer-

organizações de produtores florestais, entre outros interessados por esta temática.

AS NOSSAS FLORESTAS

A redução da superfície florestal à escala global, principalmente por via da desflorestação em regiões tropicais e por degradação das florestas noutras regiões, é

uma importância cada vez mais relevante, tendo as florestas um papel preponderante na retenção do CO₂. Em simultâneo, os produtos de origem florestal são substitutos de outros produtos, provenientes de recursos não renováveis, aos quais são atribuíveis emissões significativas de gases com efeito de estufa.

A modificação acelerada do clima pode, num prazo mais ou menos dilatado, afectar seriamente os ecossistemas florestais, as condições da prática da silvicultura e a configuração do sector florestal na Europa. Assim, torna-se importante compreender o previsível impacto desta realidade nas florestas europeias, e portuguesas em particular, para que se possam implementar as necessárias estratégias de adaptação e tirar o melhor partido do potencial de mitigação das florestas.

ENTRE A EMISSÃO E O SEQUESTRO DE CARBONO

Como actividade económica, a silvicultura é o sector que oferece um maior potencial na mitigação das alterações climáticas, ainda que os longos períodos que a actividade florestal pressupõe imponham acções de adaptação a iniciar tão cedo quanto possível.



ca das acções a empreender face às alterações climáticas, conferem à floresta uma posição de destaque.

Assim, a CAP decidiu promover este seminário para debater a implicação das florestas e do sector florestal nos compromissos que agora se perspectivam. No evento marcaram presença dirigentes, técnicos e associados das

responsável por cerca de 17% das emissões de gases com efeito de estufa. Por outro lado, tanto as florestas naturais quanto as que são objecto de gestão têm um contributo decisivo para a mitigação das alterações climáticas.

Na Europa, o carbono armazenado nas florestas e nos produtos florestais assume



DESAFIAM

A CAP organizou no passado dia 12 de Novembro um seminário sobre “Florestas e Clima”, precedendo a realização da Cimeira de Copenhaga, que se realizou em Dezembro. Paulo Canaveira, engenheiro florestal que integra o comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas e a equipa negocial portuguesa na preparação da referida cimeira, foi convidado para expor esta temática.



Paulo Canaveira alerta para o facto de as florestas serem não apenas sumidouros de carbono, contribuindo dessa forma para a contenção das alterações climáticas, mas também emissoras de gases com efeito de estufa. Os produtores florestais deverão, assim, ter em conta a necessidade de efectuar um balanço e uma avaliação permanente destas duas vertentes da floresta.

O sequestro de carbono depende inteiramente da fotossíntese e envolve a conversão de dióxido de carbono nos constituintes orgânicos das plantas. Desta forma, tendo em conta dimensão e a idade que as árvores atingem, as florestas são os ecossistemas terrestres com maior capacidade de sequestro de CO₂. As florestas são fontes de gases com efeito de estufa quando ocorre decomposição de matéria orgânica morta, quando há exploração florestal, sempre que se verifica um incêndio ou perante uma desflorestação. Além do dióxido de carbono (CO₂), as florestas emitem gases como o metano (CH₄), resultante da combustão incompleta nos incêndios e decomposição anaeróbica nos solos, e o óxido nitroso (N₂O), em resultado da oxidação de compostos de azoto durante os incêndios ou de matéria orgânica do solo.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Como consequência das alterações climáticas previsíveis neste momento, podemos esperar uma redução da pluviosidade e um aumento considerável das temperaturas, incluindo vagas de calor e períodos de seca severa.

De acordo com Paulo Canaveira, o aumento do risco meteorológico de incêndio torna-se, assim, um problema crescente para os produtores florestais.

As previsões possíveis relativamente às alterações climáticas no nosso país apontam para um ligeiro aumento de produtividade no noroeste do País e para uma perda de produtividade no resto do território continental, assim como para uma redução e possível substituição dos pinhais, eucaliptais e carvalhais por espécies mais esclerófitas, como o sobreiro e a azinheira. No sul do país poderá ainda identificar-se uma tendência para a redução das áreas hoje ocupadas por floresta (nomeadamente os montados), sendo substituídas por matos.

Os produtos resultantes da floresta contêm o carbono sequestrado pelas árvores e funcionam como um armazém de carbono florestal. Para os siveicultores, torna-se importante ter a noção de que os produtos resultantes da floresta não sequestram carbono, contribuindo apenas para o atraso na emissão do CO₂ para a atmosfera.

Quando termina a vida útil dos produtos florestais, nomeadamente da madeira, pode ocorrer a sua reutilização ou reciclagem, sendo o carbono mantido num produto, a sua incineração, com o carbono a ser emitido de forma rápida (podendo contribuir para a substituição de combustíveis fósseis), ou ainda a sua deposição em aterro, sendo, neste caso, libertado o carbono de forma mais ou menos lenta.



JOÃO M. A. SOARES

Assessor para a floresta e ambiente do grupo Portucel-Soporcel

Governo: a primeira das prioridades florestais

Perante uma séria e estrutural crise económica e num momento em que todas as vozes apelam para a necessidade de o País produzir bens transaccionáveis (muito para além de os trocar ou de apenas vender serviços) é natural que a Agricultura e o Mundo Rural apareçam de novo nas prioridades da economia, dos economistas e dos políticos.

Apela-se insistentemente para a utilização do factor terra para, a partir dele e com mão de obra e “inputs nacionais”, gerar produtos que possam ser consumidos ou transformados (e, se possível, exportados).

Importa acreditar que o primeiro dos compromissos – “valorizar as fileiras florestais” – passa pelo reconhecimento de que é urgente e prioritário equilibrar o balanço oferta/procura, pelo reforço da oferta das nossas matérias primas florestais.

Ora, no nosso sector agrário, existe já hoje um segmento que corresponde com sucesso a tal figurino: é o sector florestal que, a partir de terrenos quase sempre marginais para a agricultura, faz crescer árvores, produzidas nos viveiros nacionais, gerando cortiça, madeira e fibra que alimentam importantes indústrias transformadoras que exportam uma larga parte do que produzem.

Parece pois óbvio que importa acarinhar e apoiar tão importante sub-sector da economia portuguesa que garante quase 200 mil postos de trabalho directo (quase 35% do total nacional), que exporta 3,5 mil milhões de euros (9,3% do total nacional), que gera 3% do valor acrescentado do País e que proporciona rendimentos a mais de 400 mil pro-

prietários florestais e a um “cluster” que vai da frota transportadora às pequenas oficinas e metalomecânicas do interior.

Mas será que, com tais números e indicadores, a fileira silvo-industrial está de boa saúde em Portugal?

A resposta, crua e dura, é “não”.

E é “não” porque a todo este sub-sector começa a escassear, de forma muito preocupante, a durabilidade da matéria prima florestal.

No sector suberícola, agravam-se os problemas do declínio do montado de sobreiro; no pinhal, os fogos e o nemátodo encolhem todos os dias um património florestal em quebra acentuada nos últimos quinze ou vinte anos; e, no eucaliptal, as novas pragas e o aumento do consumo industrial (com o apoio activo e recente do Estado) são responsáveis por um acelerado e preocupante desequilíbrio do mercado (só suprido pelo recurso a importações significativas).

Afinal, por diversas razões, parece que o problema é comum às três fileiras silvo-industriais do País: A oferta não é suficiente para alimentar, em qualidade, quantidade e preço, uma procura que vende e concorre nos mercados internacionais.

Parece pois que a medida urgente, primeira e prioritária que se coloca ao novo Governo é a de estimular, aceleradamente, a produção e oferta de matérias primas florestais.

E será que essa medida figura no programa do Partido Socialista que o presente governo, assumidamente, quer levar à prática?

Sendo certo que é público e notório que os portugueses são pouco dados a lerem os programas eleitorais que os partidos divulgam antes das eleições para a Assembleia da República e, por isso, para a formação do Governo, não é menos verdade que nem por isso deixam de ficar escritos compromissos – que se supõem sérios – por parte daqueles que são escolhidos pelos eleitores.

É o caso das promessas eleitorais do Partido Socialista (e elas não foram poucas), no domínio da floresta e das fileiras florestais.



E resumidamente, elas são (pela ordem em que aparecem no respectivo manifesto eleitoral):

- ▶ Valorizar as fileiras florestais, com reforço do investimento em toda a cadeia produtiva;
- ▶ Promover um Acordo para a Certificação Florestal;
- ▶ Concretizar um Plano Nacional de Fitossanidade;
- ▶ Promover as estruturas interprofissionais e valorizar as estruturas associativas;
- ▶ Promover externamente o móvel e os produtos florestais (nomeadamente a cortiça);
- ▶ Valorizar o Centro de Biomassa para a Energia;
- ▶ Contratualizar programas de I & D e Inovação;
- ▶ Valorizar os recursos humanos da Autoridade Florestal Nacional;
- ▶ Integrar um milhão de hectares em ZIF's, até 2013;
- ▶ Realizar o cadastro até 2013 e promover medidas fiscais adequadas;
- ▶ Criar 300 equipas Sapadores Florestais, até 2013;

- ▶ Criar um Seguro Florestal;
- ▶ Reformar as leis da caça e da pesca;
- ▶ Criar a Academia Internacional da Madeira e do Móvel.

Sem cuidar de discutir aqui a “bondade” das (muitas) medidas preconizadas e sem começar já identificar contradições entre as palavras e os actos (como é o caso do prometido e acelerado cadastro até 2013, quando a Ministra do Ambiente já veio dizer que ele não é urgente nem será acelerado...) importa acreditar que o primeiro dos compromissos – “valorizar as fileiras florestais” – passa pelo reconhecimento de que é urgente e prioritário equilibrar o balanço oferta/procura, pelo reforço da oferta das nossas matérias primas florestais. Se um governo minoritário se pode sempre queixar dos bloqueios da oposição maioritária, não é de crer que, neste caso concreto, tal possa vir a acontecer. Acreditemos pois que – começando pela primeira - vão ser tomar as medidas prioritárias de que o sector florestal precisa e o País carece.



Pelo quarto ano consecutivo a Interbio organizou a Semana Nacional da Agricultura Biológica. Por todo o país as iniciativas multiplicaram-se, chamando a atenção para os benefícios deste modo de produção agrícola.

Os mais distraídos diriam que é um supermercado igual a todos os outros. Dos vegetais às frutas, dos enlatados aos produtos de higiene, tudo se encontra nesta loja nascida há pouco mais de um ano no bairro lisboeta de Campo de Ourique. Mas quem olhar com mais atenção verá que este não é exactamente um supermercado convencional: todos os produtos aqui expostos são produzidos de forma biológica.

Este é apenas um dos supermercados biológicos nascidos nos últimos anos em Portugal. Distingue-se dos outros pela dimensão e pela diversidade de produtos que oferece, mas é cada vez menos um caso raro. Ao contrário do que acontece, por exemplo, na Alemanha, em que a cada semana abrem mais quatro pontos de venda de produtos biológicos, este tipo de espaço não é, no entanto, uma realidade suficientemente difundida em Portugal. Existem mitos, desconfianças e barreiras estruturais que a dificultam, e, por isso, iniciativas

POR UM PAÍS MAIS BIO

como a Semana Nacional da Agricultura Biológica funcionam como uma forma de incentivar e de dar a conhecer este modo de produção. “O objectivo das semanas biológicas promovidas pela Interbio é a divulgação do conceito, mas sobretudo que se perceba, que se debata a importância de um sector estratégico como a agricultura biológica, que Portugal adopte uma estratégia nacional de agricultura biológica e que a tutela decida sobre esta matéria”, explica Maria Santos, presidente da Interbio, que defende que o Governo de -

veria adoptar uma política integrada para o sector, à semelhança daquilo que existe em alguns países da União Europeia.

Enquanto isso não acontece, cada vez mais entidades se perfilam em torno do conceito. Este ano, a IV Semana Nacional de Agricultura Biológica contou com produtores, Câmaras Municipais, escolas, restaurantes, supermercados e outras empresas que se associaram à iniciativa organizando as mais diversas actividades. Mercados biológicos, degustação de produtos bio, workshops e palestras sob os

mais diversos temas, visitas de estudo, exposições, cursos de cozinha, acções de sensibilização foram apenas algumas dessas iniciativas.

REVITALIZAR O MUNDO RURAL

Hoje, neste supermercado em que se assinala a Semana Biológica degusta-se pão e produtos de soja. Os clientes, que vão entrando regularmente, são de todas as idades. “As pessoas estão cada vez mais sensibilizadas para este tipo de produto. Os jovens preocupam-se com o ambiente, estão a tentar deixar uma menor pegada ecológica. Os mais velhos também têm essas preocupações, mas estes produtos lembram-lhes os sabores de antigamente”, refere o gerente, Miguel Monteiro, que insiste que na loja que representa pode encontrar-se de tudo.

Um passeio pelos corredores do espaço confirma as suas afirmações: massas, carne e enchidos, cereais vendidos a granel (cuzcuz, quinoa, boulgour, sementes de sésamo, millet), pizzas, chás, algas e outros ingredientes para os amantes do sushi, chocolates, vinhos e cerveja, vinagre, papel higiénico, comida para animais e lenços feitos a partir de papel de escritório, livros sobre produtos biológicos, cremes e detergentes. Quando abriu, este supermercado alfacinha oferecia 1 800 produtos aos seus clientes, hoje as sugestões dos visitantes fizeram subir o número para 4 500.





“Na parte das frutas e verduras e nas carnes e enchidos já existem bastantes produtores em Portugal. Na parte da mercearia é um pouco mais complicado. Temos alguns produtores portugueses, como a Quinta do Montalto ou a Herdade do Freixo do Meio, com produtos secos, mas o resto é tudo importado”, refere Miguel Monteiro, que não deixa de assinalar que há cada vez mais gente a optar por este modo de produção. O resultado é que os produtos se tornam mais acessíveis ao cidadão comum, uma vez que a massificação da produção permite uma diminuição dos custos. “Pensa-se que este tipo de produtos é só para um nicho de pessoas ricas. Isso não é verdade e pode até ser o contrário. Ao criar-se mercado neste sector revitaliza-se o mundo rural português, combate-se o despovoamen-

to e abre-se possibilidades para a actividade agrícola portuguesa, que tem imenso potencial”, explica a presidente da Interbio, que para esta edição da Semana Nacional da Agricultura Biológica escolheu o tema “Por um Mundo Rural Vivo”.

SABOR BIO

O início desta edição da Semana Bio foi exactamente marcado por um seminário realizado na Universidade Nova de Lisboa sobre o tema da semana (“Por um Mundo Rural Vivo”). O encontro contou com especialistas portugueses e internacionais e com a apresentação de um documento elaborado pela especialista da FAO para a agricultura biológica. Uma das conclusões a que aí se chegou foi que este tipo de agricultura pode ser um instrumento ao serviço do fim da fome no mundo. Ainda durante esta semana, a pre-

sidência da Interbio foi recebida por António Serrano, o novo ministro da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.

Mas quem de alguma forma participou nesta semana sabe que a melhor forma de divulgar os produtos biológicos é mesmo saboreá-los. O “Clube de Jornalistas” foi um dos restaurantes que, pela segunda vez, se juntou à iniciativa. Todos os dias da semana presenteou os seus clientes com menus confeccionados com produtos biológicos. “Eu sou membro do movimento slow food e a possibilidade de usar ingredientes bio no restaurante é perfeitamente coerente com isso. O conceito do restaurante é o de usar produtos sazonais de qualidade”, explica André Magalhães, chefe de cozinha e um dos sócios do restaurante.

Na cozinha, André não de-

mora muito a preparar o menu escolhido para hoje. A entrada é composta por uma sopa de castanha com cenoura e hortelã-pimenta. Do prato principal soltam-se os aromas de uma farinheira acompanhada por batata a murro, abóbora e cebolo. E a refeição é coroada pela sobremesa, que junta a pêra cozida ao molho de vinho tinto e esmagada de medronho. Acompanha um vinho biológico. “Não é difícil cozinhar produtos biológicos. Há, por exemplo, algumas frutas em que demoram um pouco mais a cozinhar. Uma pêra rocha demora mais a preparar que uma pêra normal, porque tem mais consistência, tem menos teor de água, mas é só uma questão de ajustar alguns pontos de cozedura. Mas os produtos biológicos são muito mais interessantes, porque as texturas são mais genuínas”, assegura André Magalhães. À parte desta semana, este chefe de cozinha faz questão de usar acompanhamentos biológicos nas refeições servidas neste restaurante lisboeta. Acredita que mais que uma moda, eles são um regresso ao passado, quando os alimentos eram produzidos sem recurso a aditivos químicos. A verdade neste caso é que, se continuar a tendência de aumento da procura deste tipo de produtos, o futuro será cada vez mais povoado de passado.

* O seu programa de agricultura, pescas e desenvolvimento rural na RTP2

VANTAGENS DOS PRODUTOS BIO

“A alimentação é o nosso primeiro medicamento”. A afirmação é da presidente da Interbio, Maria Santos. A verdade é que estes produtos têm teores mais elevados de vitaminas, minerais, hidratos de carbono, proteínas e antioxidantes. A explicação para este facto é simples: os produtos biológicos são produzidos sem recurso a produtos químicos, utilizando-se antes solos regenerados e fertilizados de forma natural.

Mas ao mesmo tempo que estes produtos são mais seguros do ponto de vista alimentar, eles também são responsáveis por uma maior preservação da biodiversidade e contribuem menos para o aquecimento global do que a agricultura convencional. Quem os consome regularmente refere ainda que o seu sabor é mais acentuado do que o dos produtos tradicionais.



CÓDIGO CONTRIBUTIVO ADIADO

Foi adiada a entrada em vigor do Código Contributivo, graças ao trabalho conjunto dos parceiros sociais e dos partidos da oposição, com especial destaque para o CDS-PP que apresentou as propostas para o adiamento do Código e para que regresse à discussão no Conselho Permanente de Concertação Social.

No o início de Outubro, a CAP solicitou ao Governo a prorrogação do prazo de entrada em vigor do Código para 1 de Janeiro de 2011.

Em simultâneo, desenvolveu um trabalho junto dos outros parceiros sociais e dos partidos da oposição chamando a atenção para o momento de crise económica que se vive e para as implicações que o agravamento das taxas de segurança social dos novos trabalhadores agrícolas e as taxas aplicáveis aos produtores agrícolas independentes, iriam ter no sector agrícola. O esforço foi recompensado e as propostas do CDS-PP para o adiamento do diploma e para uma nova avaliação do mesmo pela concertação social, conquistaram a maioria necessária para adiar a entrada em vigor do Código Contributivo. Apenas o Partido Socialista votou contra a proposta de adiamento apresentada pelo CDS. Antes da votação, os deputados ouviram as confederações patronais (CAP, CIP, CTP e CCP) e os dois sindicatos (UGT e CGTP).

DÉFICE PEDE ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, anunciou no início de Dezembro que o défice orçamental do país se situava em 13,78 mil milhões de euros. Ou seja, que o défice global das contas públicas estará acima dos 8 por cento.

Em 2007, o mesmo ministro garantiu um défice de 2,6%, o mais baixo dos últimos trinta anos, mas agora apresenta o recorde contrário. Segundo o Ministério das Finanças, a quebra nas receitas fiscais atinge os 4,5 mil milhões de euros. Estes números provisórios representam um aumento de 300 milhões na queda da receita fiscal, o que justificou a apresentação de um orçamento rectificativo. Por seu turno, a União Europeia decidiu prolongar até 2013 o prazo para que Portugal corrija o défice excessivo. O país terá mais três anos para diminuir o “buraco das contas públicas” para valores de 3%.

COMEÇOU A POLÉMICA EM TORNO DA PRÓXIMA PAC

Uma Declaração de especialistas europeus em economia agrária veio acender o debate em torno da próxima reforma da PAC. Num momento em que a Comissão Europeia se prepara para apresentar conclusões sobre a aplicação do Exame de Saúde, relançar as negociações pós-2013 e discutir o próximo orçamento de longo prazo da UE, começam a fazer-se ouvir as diferentes versões para o futuro da política que detém 40% do orçamento comunitário e que também é acusada de ser responsável por 10% das emissões de gases com efeito de estufa da União Europeia.

Uma perspectiva muito própria é defendida por um grupo de conhecidos economistas agrários europeus, onde também se inscreve o nome do professor Francisco Avelaz. No documento “Uma PAC para os Bens Públicos Europeus” é defendida uma profunda reforma, onde se defende que os subsídios devem ser concentrados no pagamento de bens e serviços de interesse público prestados pelos agricultores como a preservação da biodiversidade, e se propõe o fim da intervenção no mercado e do apoio ao rendimento dos agricultores.

AUXÍLIOS DE ESTADO ATÉ 15 MIL EUROS

Foi alterado, por comunicação da Comissão, publicada a 31 de Outubro, o quadro temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica.

Estas alterações possibilitam a concessão de um montante limitado de auxílio às empresas do sector da produção primária de produtos agrícolas. Neste âmbito é fixado um valor máximo para este auxílio de 15.000 euros durante o período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2010, não podendo a acumulação deste auxílio com os valores *de minimis* já recebidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1535/2007 de 20 de Dezembro (7.500 euros, no máximo) ultrapassar este limite. Recorde-se que diversas medidas de apoio às empresas agrícolas têm sido criadas ao abrigo do regime de auxílio *de minimis*, nomeadamente as linhas de crédito à pecuária e às PME, condicionando os montantes a atribuir por beneficiário.

Para utilizar este regime temporário, os Estados-membros têm de notificar a Comissão e a sua aplicação em Portugal pressupõe a emissão de nova Portaria ou a alteração da Portaria n.º 184/2009 de 20 de Fevereiro, que estabelece as regras de aplicação do ponto 4.2 do quadro temporário. A Alemanha e a França já foram autorizados pela Comissão a utilizar estes auxílios do Estado.



AR APROVA MEDIDAS ANTI-CRISE AGRÍCOLA

No dia 18 de Dezembro, a Assembleia da República aprovou um projecto de resolução com medidas excepcionais para recuperar a agricultura, reconhecendo a legitimidade e a pertinência das reivindicações da CAP nos últimos quatro anos. O documento da iniciativa do CDS-PP contou com

o apoio do PSD, PCP e PEV, abstendo-se o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda.

O documento recomendou ao governo um conjunto de medidas “anti-crise” de efeito rápido, entre as quais se destaca a simplificação e a garantia de verbas para a execução do PRODER, a criação de uma verdadeira linha de crédito específica para a agricultura, a fixação de prazos para a avaliação de candidaturas, admitindo o deferimento tácito no fim do tempo estipulado e a garantia de pessoal que possa efectuar controlos e pagamentos atempadamente.

EMPREGO MARCA O ORÇAMENTO UE-2010

O orçamento da UE para 2010 vai privilegiar as despesas em favor do emprego e da economia. De um montante total de 141 000 milhões de euros, mais de 64 000 milhões (45%) serão consagrados a medidas relacionadas com a investigação, educação e inovação. As dotações afectadas à investigação aumentarão cerca de 12% e as destinadas à energia e aos transportes mais de 10%. Os financiamentos para projectos energéticos estratégicos e comunicações de banda larga nas zonas rurais, bem como as dotações destinadas a ajudar as comunidades rurais a enfrentarem os novos desafios da agricultura, representam 2 400 milhões de euros, a partir da dotação de 5 000 milhões de euros destinada ao plano europeu de relançamento económico. O maior aumento (16,2%) das despesas vai para os projectos de combate à criminalidade e ao terrorismo, bem como para a gestão dos fluxos migratórios.

RECUO NAS TAXAS DO ICNB

Foi suspensa a tentativa de aumentar as taxas pela prestação de actos e serviços em áreas classificadas prestados pelo ICNB.

Em Outubro, foi publicada a portaria nº1254/2009, onde se taxava de forma exagerada todos os serviços que os agricultores, situados em áreas de rede Natura e em áreas protegidas, são obrigados a solicitar ao Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

A intervenção da CAP, pedindo a revogação do diploma, mereceu atendimento institucional e, com fundamentação nas dúvidas e equívocos gerados, não só quanto ao seu âmbito de aplicação, mas principalmente quanto à sujeição de determinados actos e actividades ao pagamento as referidas taxas, foi publicado no dia 4 de Dezembro, a nova portaria nº1397/2009. Esta procede à suspensão da portaria nº1254/2009 e repõe em vigor a portaria nº754/2003.

MINISTRO ANUNCIA APOIOS

No início de Dezembro o ministro da Agricultura fez o ponto da situação do primeiro mês de trabalho do seu Ministério. Em conferência de imprensa, António Serrano confirmou o pagamento do RPU a mais de 150 mil beneficiários e anunciou o reforço de 25 milhões de euros para as agro-indústrias e uma nova linha de crédito para a agricultura e pecuária de 50 milhões. Estas são as suas primeiras medidas de carácter excepcional para apoiar a campanha de 2010 num contexto de crise.



COMISSÃO DE AGRICULTURA REGRESSA

De volta à Assembleia da República, a Comissão Parlamentar de Agricultura é composta por 23 deputados efectivos e 18 suplentes. A presidência pertence ao Bloco de Esquerda e a composição da Comissão é feita por 10 deputados do PS, 8 deputados do PSD, 2 deputados do CDS-PP e 1 deputado por cada um dos três partidos mais pequenos: Bloco de Esquerda, PCP e Verdes.

A constituição é a seguinte:

PS – Afonso Candal, Horácio Antunes, Isabel Coutinho, João Paulo Pedrosa, Jorge Fão, Jorge Seguro Sanches, Lúcio Ferreira, Maria de Lurdes Ruivo, Miguel Freitas e Paulo Barradas.

PSD – António Cabeleira, Carla Barros, Fernando Marques, Luís Capoulas, Paulo Batista Santos, Pedro Lynce, Teresa Santos, Ulisses Pereira.

CDS-PP – Abel Baptista, Altino Bessa.

PCP – Agostinho Lopes

PEV – José Luís Ferreira

BE – Pedro Soares

NOVAS EQUIPAS NO GPP E PRODER

O Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e a Autoridade de Gestão do PRODER têm novas lideranças. Assim passamos a divulgar a constituição das mesmas:

GPP

DIRECTOR – FRANCISCO

CORDOVIL

Director Adjunto – Bruno Dimas

Director Adjunto – Manuela Azevedo

e Silva

PRODER

Gestora – Maria Gabriela Ventura

Gestora Adjunta – Rita Barradas

Gestor Adjunto – Rui Martinho

Este espaço é para si.

Coloque-nos as suas dúvidas através do Email: revistaagricultor@cap.pt ou através do correio para Revista do Agricultor, Avenida do Colégio Militar, lote 1786 1549-012 Lisboa.

P: Vai ser possível apresentar os pedidos de licenciamento dos recursos hídricos através das organizações de agricultores?

R: Sim. Com o protocolo que a CAP celebrou com o Ministério do Ambiente e respectivas ARH's, as organizações iniciaram há dias as sessões de formação que lhes vão permitir dominar o processo de pedidos de legalização de recursos hídricos.

Muito em breve, as organizações estarão no terreno a prestar mais este serviço aos agricultores.

P: Já pagaram o RPU?

R: O 1º pagamento do RPU 2009 foi feito no dia 2 de Dezembro. Segundo dados do IFAP, o pagamento foi efectuado a 150.076 beneficiários no montante de 295.410 mil euros. Quem não recebeu pode encontrar-se na situação de erro impeditivo no âmbito do controlo administrativo ou foi seleccionado para análise.

P: Na próxima campanha vou utilizar parcelas de outrém, devo acrescentar esses parcelários ao meu IE?

R: Sim, o documento de Identificação da Exploração (IE) deve reflectir o mais possível a realidade da exploração. Para o efeito deve deslocar-se a uma Sala de Parcelário com o documento comprovativo que legitima a utilização das parcelas em causa.

P: Até quando posso transferir direitos de RPU?

R: O prazo para formalizar a comunicação de transferências de direitos RPU para a campanha 2010, começou no dia 2 de Dezembro e decorre até seis semanas antes de terminar o prazo de entrega das candidaturas.

A formalização das transferências de direitos é feita em duas fases: a recolha e a análise.

A recolha corresponde à comunicação do requerente (titular dos direitos) da sua intenção de transferir para o cessionário determinados direitos de RPU. Deve dirigir-se a uma Direcção Regional de Agricultura e Pescas da sua escolha, acompanhado dos documentos obrigatórios consoante o caso.

Transferência com terra – temporária: Comprovativos da transferência temporária de terra, com indicação precisa de parcelário e datas.

Transferência com terra – definitiva: Comprovativos da transferência definitiva de terra, com indicação precisa de parcelário e datas.

Heranças: Todos os documentos que permitam identificar os herdeiros (Habilitação de Herdeiros).

A análise corresponde à formalização e comunicação da transferência pelo beneficiário. Serão verificadas determinadas condições, como por exemplo actualização de parcelários e controlo de utilização dos direitos a transferir. É da exclusiva competência das DRAPs.

Atenção: Os modelos utilizados na campanha anterior deixam de vigorar na presente campanha.

P: Sou produtor de leite e vejo anunciar milhões de euros para o sector. Quando vou poder receber essas ajudas?

R: Este é um assunto delicado porque a comunicação social repete, muitas vezes, os anúncios de distribuição de dinheiro, confundindo ajudas e investimento, sem nunca considerar todo o processo de candidatura ou de aplicação, o qual se pode arrastar durante meses ou anos, como se verifica actualmente com o PRODER, ou representar uma insignificância monetária, como acontece com o artigo 68º e o último pacote de ajudas anunciado por Bruxelas. Considerando que há uma enorme distância entre o que se anuncia e o que se recebe, esta é a resposta possível. Seguem-se os “apoios” disponíveis para o sector:

- No PRODER há 30 milhões de euros para candidaturas de apoio ao investimento (medida 1.1.1); Candidaturas até 15 de Dezembro, pagamentos de eventuais projectos aprovados ainda por efectuar.

- No Pacote da União Europeia existem 4 milhões de euros de ajudas directas aos produtores (fatia que coube a Portugal do programa da União Europeia para os 27 EM, no valor global de 300 milhões) mas ainda se desconhece como serão atribuídos;

- No artigo 68º, criado com o Exame de Saúde da PAC, sabe-se que este pagamento é garantido apenas a 162.300 animais (quando Portugal tem 305.000 vacas leiteiras) e que o valor ronda os 32 euros por vaca (o que não chega a meio cêntimo por quilo de leite).

Rede Rural Nacional

O que é a Rede Rural Nacional (RRN)?

A Rede Rural Nacional é uma organização entre agentes com papel activo no desenvolvimento rural, que querem partilhar experiências e conhecimentos, melhorar o desempenho e obter melhores resultados. À Rede Rural Nacional podem aderir agentes do desenvolvimento rural localizados em qualquer zona do país.

Actualmente são membros da Rede Rural Nacional 184 instituições, das quais 27% são Associações, 27% são Grupos de Acção Local, 16% pertencem aos Serviços do Estado e 11% são Cooperativas.

Como está Organizada?

A coordenação da Rede Rural Nacional cabe ao Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP).

Para assegurar o funcionamento da Rede Rural Nacional existe uma estrutura de animação (Estrutura Técnica de Animação) com um núcleo de coordenação situado no GPP e núcleos regionais nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e nas Secretarias Regionais nas Regiões Autónomas.

Existem duas estruturas consultivas na RRN, o Conselho de Coordenação e as Assembleias Rurais.

Quais os Objectivos?

Dinamizar o desenvolvimento rural através de iniciativas que se insiram nas seguintes áreas de intervenção:

- Capitalização da experiência e do conhecimento – Destina-se a partilhar e divulgar boas práticas, saber, experiências que tragam valor à actividade desempenhada pelos agentes no desenvolvimento rural;

- Facilitação da cooperação - Para incentivar a criação de parcerias e o surgimento de projectos de cooperação interterritorial e transnacional, promovidos por Grupos de Acção Local;

- Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural – Para acompanhar e analisar as dinâmicas do mundo rural e avaliar o efeito das políticas no seu desenvolvimento;

- Facilitação do acesso à informação - Usar a Rede como canal de participação e transmissão de informação, conhecimento e testemunho sobre assuntos que interessam aos agentes de desenvolvimento rural.

As actividades da RRN, são inscritas num plano de actividades anual, podendo ser promovidas pela coordenação da RRN ou pelos seus membros, quando sejam entidades publicas ou privadas sem fins lucrativos.

A Rede Rural é apoiada, através do Programa da Rede Rural Nacional financiado pelo FEADER,

Notícias da Rede Rural Nacional

A Rede Rural Nacional promoveu nos dias 3 e 4 de Dezembro, em Serpa, o Seminário “Desenvolvimento Rural – Tendências e Oportunidades”.

Este seminário, onde um leque alargado de participantes se juntou para reflexão e debate de questões que se colocam à sobrevivência e desenvolvimento dos territórios rurais, constituiu um momento de partida que terá continuidade em futuras actividades da RRN.

As comunicações estão disponíveis em:

<http://www.gpp.pt/RRN/Seminario.html>



A INVASÃO ANUAL DOS POMBOS



Texto e fotografia: João Carvalho
(Secretário Geral ANPC)

Todos os anos, por altura do mês de Outubro, ocorrem à Península Ibérica cerca de 2,5 milhões de pombos-torcazes, em busca de alimento e clima mais ameno para passar o Inverno. Este imenso contingente migratório, cruza os Pirenéus em direcção aos montados do Sul, onde procura bolota, fruto que constitui a base da dieta dos pombos neste período do ano. Juntam-se, às centenas de milhares de pombos que aqui residem durante todo o ano, causando algumas dores de cabeça a proprietários e agricultores com explorações pecuárias, pela bolota que consomem, ao mesmo tempo que dão grandes alegrias aos gestores das zonas de caça e aos muitos milhares de caçadores, que aguardam pacientemente pela sua chegada.

SÃO AOS MILHÕES!

É vulgar ouvir-se comentar, entre proprietários e caçadores, que os pombos «são aos milhões», expressão que peca por ser pouco precisa mas que denota bem a sensação vivida por quem testemunha uma boa passagem de pombos ou a sua chegada ou partida dos locais de dormida. De facto, por vezes formam nuvens de vários quilómetros, cobrindo o céu e, quando poisam, cobrem as ár-

vores com um manto azul, numa área de vários quilómetros.

Para desvendar o mito dos «milhões», bem como muitos outros ligados à migração desta espécie, desde 1996 que estão em curso vários estudos transnacionais sobre o pombo-torcaz, iniciados pela Federação de Caçadores Bascos, com o apoio do Office National de la Chasse et Faune Sauvage, em França, e da Autoridade Florestal Nacional (AFN), em Portugal, com o apoio do GIIFS e da EKOS, consultores nesta área há largos anos.

Desde 2007, no âmbito do protocolo estabelecido entre a AFN e as Organizações do Sector da Caça (OSC) de 1.º Nível, os censos de dormidas de pombo-torcaz em território nacional, contam com a participação destas organizações, estando a ANPC fortemente empenhada em contribuir para a monitorização e estudo desta espécie.

CONTAGEM DA POPULAÇÃO DE POMBOS

Não existe ainda evidência científica, capaz de explicar na íntegra, as razões que levam os pombos a formar bandos de maior ou menor dimensão, bem como o facto de os cerca de 2,5 milhões de pombos que visitam a Península Ibérica andarem durante alguns períodos espalhados por extensas áreas, em ban-

dos relativamente pequenos (de 50 a 5000 pombos) e, noutras alturas, concentrarem-se numa só dormida, com mais de 1 milhão de pombos, formando as já referidas nuvens de quilómetros, que demoram mais de uma hora a passar no horizonte.

Para a realização das contagens dos pombos, foram inventariadas cerca de 508 dormidas, das quais 287 em França e as restantes 221 em Portugal e Espanha, sendo estas últimas as que acolhem um maior número de aves durante o Inverno. As dormidas incluem áreas de pinhal, áreas de montado e eucaliptais, sendo contadas simultaneamente (nos mesmos dias) em Portugal, Espanha e Sul de França, para evitar duplas contagens dado os pombos serem muito inconstantes. Desta forma, consegue-se, em cada data de contagem, determinar o número total de pombos que compõem o contingente migratório existente no Sul da Europa.

A contagem da totalidade das dormidas ocorre em Dezembro (dias 14 e 15), fazendo-se ainda contagens de grandes concentrações (dormidas com mais de 100.000 pombos) em Novembro (dias 24 e 25), Janeiro (dias 19 e 20) e Fevereiro (dias 9 e 10).

A cargo da ANPC estão as contagens em 14 das 47 dormidas identificadas em Portugal, incluindo as dormidas que registam habitualmente as maiores concentrações de pombos em território nacional, situadas em Zonas de Caça Turística nossas associadas.

Os resultados destes censos revestem-se da maior importância para o sector da caça na medida em que permitem avaliar e monitorizar as tendências populacionais do pombo-torcaz, bem como obter dados preciosos sobre o comportamento migratório da espécie, os quais são fulcrais para a definição dos períodos de caça e para assegurar a sustentabilidade da exploração do pombo-torcaz.

Para além da contagem de pombos nas dormidas, são ainda feitas contagens de pombos à passagem nos Pirenéus. De acordo com o GIIFS França (grupo



Para armar aos pombos é necessário possuir grande sabedoria e experiência, assim como um grande empenhamento na criação e selecção das negaças, em especial os pombos da vara.

CAÇAR AOS TORCAZES

Para os mais puristas, a caça ao pombo-torcaz tem que ser feita de espera com o auxílio de negaças, utilizando-se pombos mansos criados para o efeito, nos quais são colocados caparões (capuzes que os impedem de ver e escapar). Para tal monta-se uma armação, composta por um abrigo ou choça principal e uma ou duas portas madrinha.

Nos locais onde se caça aos pombos, as árvores são podadas de forma a permitir colocar estrategicamente varas com negaças (denominados «pombos de vara») as quais, mediante o balancear imposto pelo negaceiro e com a ajuda das «espanholas» (outras negaças que voam livremente em torno da armação) irão trazer os torcazes ao engano. Dentro do abrigo, devidamente camufladas, mas ao mesmo tempo em local de fácil acesso, colocam-se as «espanholas», bem como todo o equipamento necessário ao caçador. É imperativo que tudo esteja impecavelmente camuflado, caso contrário os pombos não se fazem à armação. A arte de armar aos pombos tem muita ciência e conhecimento transmitido de geração em geração, sendo muito popular em Portugal, no Ribatejo e Alentejo, regiões onde afluem maiores quantidades de pombos durante a invernada.

de investigação de fauna selvagem), este ano, até finais de Outubro foram contados 1.520.491 pombos na passagem, número significativamente inferior ao registado o ano passado (2.477.468), estando a entrada deste ano ao nível das verificadas em 2002 e 2003.

DE ONDE E COMO VÊM?

Existem três rotas principais de migração para o pombo-torcaz, mas aquela que é seguida pela maioria dos bandos que vêm até nós é a chamada Rota do Norte. Esta rota é utilizada pelos pombos vindos da Rússia, Finlândia, países escandinavos, Polónia, Alemanha e Sul de Inglaterra. Iniciam a sua deslocação em meados de Setembro, fazendo algumas paragens pelo caminho, e caso exista comida em abundância e não sejam incomodados, permanecem nesses locais até que o mau tempo os empurre para um rumo mais favorável, em direcção ao destino final – a Península Ibérica.

A IMPORTÂNCIA DO SOBRO E DO AZINHO

Os dados recolhidos ao longo de vários anos, permitem deduzir uma forte correlação entre o comportamento migratório dos pombos, no que diz respeito às áreas que ocupam durante a invernada, e a frutificação do sobro e do azinho. As condições climáticas têm tam-

bém uma grande influência na movimentação dos pombos, mas este é um factor com grande imprevisibilidade, ao passo que o nível de frutificação do sobro e azinho é conhecido antes do início da invernada.

Assim, em anos de boa floração e frutificação do sobreiro, os pombos têm tendência a permanecer por longos períodos em Portugal, ocupando uma área que se compreende entre Marateca, Alcácer do Sal, Grândola, Montemor-o-Novo e Ponte de Sor, onde existem locais propícios para a dormida e grandes extensões de montado de sobro. Mesmo que o azinho tenha muita bolota, os pombos parecem preferir a glande do sobro, pelo que por vezes ficam por esta zona de Outubro até meados de Março. Em anos de contra-safra no sobro, os pombos procuram rapidamente as áreas de azinho compreendidas entre Castelo Branco/Idanha, passando por Portalegre, Estremoz e Évora, até aos montados de azinho mais a Sul, na região de Barrancos, permanecendo menos tempo em Portugal. Por outro lado, também rumam a Espanha mais cedo do que em anos de muita glande, estacionando nas extensas áreas de «dehesa» de azinho existentes no país vizinho, até regressarem ao Norte da Europa.

O mesmo grupo de trabalho que segue os pombos, desenvolveu uma linha de estudo paralela para avaliar a produção

de fruto nos montados ibéricos, tendo em vista analisar a relação entre o factor comida e as variações numéricas e de distribuição espacial das populações de pombos torcazes. Assim, todos os anos, é feita a avaliação da produção de fruto nos montados, mediante uma amostragem que cobre as áreas existentes em Portugal e Espanha.

PRAGA VERSUS RECURSO

Se para os caçadores a abundância destas aves é uma benesse com a qual são brindados todos os Invernos, já para a agricultura e para a pecuária não é bem assim. Os pombos fazem de facto concorrência ao gado criado em sistemas de pastoreio extensivo, com destaque para o porco criado em montanha. Houve tempos em que os pombos eram espantados, recorrendo a foguetes e tiros, procurando que demandassem outras áreas, de forma a assegurar comida para o gado. Actualmente o cenário é diferente e os pombos são muitas vezes vistos como mais um recurso passível de ser explorado nas zonas rurais, constituindo a venda de portas, em geral à época, um importante rendimento para as Zonas de Caça Turística (ZCT).

* ANPC – Associação Nacional dos Proprietários e Produtores de Caça



CAVALO SORRAIA

ANCESTRAL EM PERIGO DE EXTINÇÃO*

Os Sorraias são uma espécie de Lusitanos em miniatura. O porte é pequeno mas o temperamento bem vincado. Com muitas características primitivas, só recentemente é que esta raça autóctone nacional tem vindo a despertar a curiosidade dos aficionados.

Foi na década de 20, numa tarde de caça que o Dr. Ruy d'Andrade, reparou numa manada. Estava em Coruche, perto do rio Sorraia, e daí vem a origem do nome da raça. Os cavalos intrigaram-no sobretudo pelo seu aspecto primitivo. Têm uma lista de burro na coluna e zebreduras nos membros. O perfil é convexo, as extremidades são mais escuras e pode ter duas cores: ou pardo amarelo ou pardo rato. Há ainda uma característica típica de animais que viviam em manada: o pêlo das orelhas é es-

curo com a zona apical mais clara, para se localizarem entre si.

São também animais muito resistentes às condições ambientais e alimentares adversas. Estas são algumas das características únicas dos Sorraias que, acreditam os especialistas, provam o carácter ancestral desta raça.

Aliás, foram encontradas pinturas paleolíticas na Península Ibérica com estes animais desenhados.

Com a morte do proprietário da tal manada, os animais dispersaram. O Dr. Ruy d'Andrade conseguiu recuperar sete éguas e três machos. Estávamos em 1975 e por força da conjuntura

política que se vivia a égua da foi entregue à Coudelaria de Alter. Cedo regressou às mãos do proprietário inicial, mas ficaram na posse do Estado dois machos e duas fêmeas que deram origem a uma sub-população desta raça de equinos, mantida até aos dias de hoje.

“HÁ MENOS DE CEM FÊMEAS EM TODO O MUNDO”

Contudo, não há mais do que duas centenas de indivíduos em todo o mundo. A pouca quantidade de exemplares tem sido um



verdadeiro desafio contra a extinção dos Sorraias, como explica António Vicente, da Escola Superior Agrária de Santarém (ESAS). “Há menos de cem fêmeas em todo o mundo, o que aumenta o risco de consanguinidade”, adianta. Existe uma média de 40 por cento de consanguinidade da população dos Sorraias. Um número muito acima da média quando comparado com as outras raças e que afecta significativamente a fertilidade. Os criadores têm vindo a tentar aumentar a rotatividade dos garanhões, trocando-os entre coudelarias nacionais ou estrangeiras, na tentativa de aumentar a diversidade genética do efectivo.

Em Portugal existem cerca de uma dezena de criadores, grande parte descendentes do Dr. Ruy d’Andrade. Ironicamente e contrastando com o próprio nome da raça, é em Elvas que se encontra a coudelaria detentora de maior efectivo. É a Herdade Font’alva, do Eng.º José Luís Vasconcellos e Souza d’Andrade, presidente da Associação Internacional de Criadores do Cavalo Ibérico tipo Primitivo – Sorraia (AICS). Só por aqui vivem cerca de trinta fêmeas, dezasseis das quais éguas de

ventre. Em alguns anos a fertilidade já atingiu aos 100 por cento, fazendo com que o efectivo aumente consideravelmente.

Há também uma grande parte da população de Sorraias, com uma diferente carga genética, a viver na Alemanha. Tudo começou em 1976 quando foram vendidas três fêmeas e três machos que deram origem a uma sub-população de Sorraias em Munique.

Segundo a AICS, há ainda a Coudelaria Verde Prado, no Brasil e a Nature’s Barroques Farm, nos Estados Unidos da América.

PRIMITIVOS MAS AMIGÁVEIS

Apesar do número reduzido de fêmeas por todo o mundo a procura não para de aumentar. É o caso de Josefina Aleixo. Numa brincadeira entre amigos e criadores comprou duas éguas e rapidamente se surpreendeu com o temperamento amigável dos animais. O aspecto primitivo é associado a um carácter selvagem. No entanto, Josefina Aleixo, futura criadora da raça, garante que as suas éguas são bastante mansas e amigáveis. E talvez por isso deci-

diu trazê-las à Golegã e concorrer a provas de atrelagem na edição deste ano da Feira do Cavalo.

Também António Vicente explica que “se bem manuseados, estes animais são muito sociáveis com as pessoas e curiosos”. Desde 2003, a ESAS conta com um núcleo de 3 éguas e quatro garanhões. Além de complementar o curso de Bacharelato em Equinicultura, por aqui há aulas de equitação, competição de baixo nível, apoio ao deficiente mental e também hipoterapia.

Quase um século depois da ‘descoberta’ desta raça de tipo primitivo, os Sorraias não param de surpreender. Se eram anteriormente usados como animais de trabalho, hoje desdobram-se em utilidades e deixam curiosos os que se aproximam. O seu tamanho esconde a grandeza desta raça autóctone nacional e uma das mais antigas da Europa.

* com a colaboração da equipa DA TERRA AO MAR, o seu programa de agricultura, pescas e desenvolvimento rural na RTP2



www.cap.pt
Confederação dos Agricultores de Portugal

A CAP EM

20

ANO NOVO...

A DETERMINAÇÃO DE SEMPRE

O ano de 2010 inicia-se num contexto de grandes dificuldades, com a agricultura portuguesa a atravessar a maior crise desde a adesão à União Europeia. Em muitos sectores, os agricultores assistem a uma duplicação dos custos de produção e, em simultâneo, a uma redução dos preços de venda para metade, comparativamente com a situação de há dois anos.

Neste cenário, a implementação de medidas nacionais de apoio para a agricultura, à semelhança do que acontece noutros países europeus, como a França, a Alemanha e a Espanha, torna-se uma necessidade urgente que a CAP assume como objectivo para 2010.

Ao longo dos últimos anos foram destruídas as medidas de apoio ao sector agrícola e delapidadas as estruturas associativas dos agricultores. Deste modo, torna-se preponderante para a CAP e para os agricultores promover a rápida reposição destas medidas, como forma de incrementar a competitividade dos agricultores portugueses.

A CAP vai lutar pelo pagamento regular das ajudas directas aos agricultores, contribuindo para que terminem as perdas anuais de dezenas de milhões de euros em fundos comunitários, imprescindíveis para a sustentabilidade dos agricultores portugueses e das suas explorações no quadro do mercado europeu. Do mesmo modo, a CAP vai lutar para que os pagamentos aos agricultores sejam efectuados atempadamente e para que a aprovação dos projectos recupere do atraso a que foi relegada.

Por outro lado, 2010 exige uma dedicação total e uma colaboração efectiva a todos os níveis no sentido de resolver os inúmeros problemas relativos à execução do Proder, procurando ultrapassar em definitivo a actual fase de estagnação.

A CAP irá desenvolver todas as diligências possíveis para que a maior abertura demonstrada pelo novo ministro deste sector no início do seu mandato se traduza, na realidade, em resultados concretos para a agricultura e para os agricultores.

Por outro lado, considerando a recente reactivação da Comissão Parlamentar de Agricultura, a CAP pretende contribuir activamente para reposicionar esta actividade como sector económico de primeiro plano, não apenas na Assembleia da República mas igualmente perante a opinião



10



pública em geral. De igual modo, cumpre à CAP promover-se como instituição representativa dos agricultores perante a sociedade civil e perante as entidades oficiais, quer como parceiro activo na concertação social quer como produtor de opinião sobre o sector agrícola e a economia nacional.

Ao longo do novo ano surgirão as primeiras propostas políticas sobre a reforma da PAC a concretizar em 2013. Espanha, país que irá deter a presidência rotativa da União Europeia no primeiro semestre de 2010, deverá lançar propostas nesse sentido, para além de pretender impulsionar a adaptação do sector agrícola europeu às exigências impostas pelas alterações climáticas, valorizando a contribuição deste sector para a redução das emissões de CO₂.

Assim, a CAP deverá acompanhar estes movimentos políticos, defendendo uma Política Agrícola Comum com menos diferenças e desequilíbrios entre os países. Considerando ainda a recente entrada em vigor do Tratado de Lisboa da União Europeia e a alteração dos poderes do Parlamento Europeu, a actividade da delegação permanente da CAP em Bruxelas constitui um elemento fulcral desta estratégia.

A delegação da CAP em Bruxelas continuará a acompanhar a evolução dos vários dossiers agrícolas na Comissão Europeia, Conselho e Parlamento Europeu. Os peritos nomeados pela CAP continuarão a participar nos Grupos de trabalho do COPA-COGECA e Grupos Consultivos da Comissão Europeia, de forma a defender os interesses do sector agrícola.

Deste modo, no sentido de contribuir para a construção de um sector agrícola economicamente viável e politicamente capaz de afirmar as suas convicções, a CAP continuará, a par da intervenção na política agrícola nacional, a procurar apoios a nível internacional para o reconhecimento da especificidade da Agricultura portuguesa. Assim, a Confederação dará continuidade à sua participação no COPA e noutras organizações de carácter comunitário como o CESE, USSE e GEOPA, em defesa dos interesses da agricultura portuguesa na União Europeia.

IMPORTADOR E DISTRIBUIDOR – SEMEATO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE SEMEITEIRA DIRECTA










• COMPRA E VENDA DE TODOS OS PRODUTOS PARA A AGRICULTURA E PECUÁRIA • PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS PARA SEMEITEIRA DIRECTA COM ACOMPANHAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO • PRODUÇÃO INTEGRADA NA VINHA, EM CEREJAS, MELHO, HORTICOLAS E OLIVAGINOSAS • AGRUPAMENTO DE PRODUTORES DE CEREJAS • AGRUPAMENTO DE HORTIFRUTICULTURA • AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA (ADS) • PROFILAXIA EM BOVINOS, CAPRINOS E OVINOS • COMBUSTÍVEIS – SP (GASÓLEO, GASÓLEO AGRÍCOLA, GASOLINA) • ASSISTÊNCIA TÉCNICA • ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO • FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA TÉCNICOS E AGRICULTORES • SAPEC – PROTECÇÃO DAS CULTURAS • PROVI – RAÇÕES DE QUALIDADE



SEDE: ARRUDA DOS VINHOS
 QUINTA DA PONTE E COSTA – APARTADO 18
 3680 ARRUDA DOS VINHOS
 TEL. 263 977 020 • FAX 263 977 029
 913 977 018 – Serviços directos

www.agrocamprest.pt
 agrocamprest@gmail.com
 sementeiradirecta@gmail.com
 913 977 022 – Vendas 913 977 025 – Hortícolas

VILA FRANCA DE XIRA
 R. DR. MANUEL DE ARRUDA 44-48 – APARTADO 18
 3680 VILA FRANCA DE XIRA
 TEL. 263 260 040
 913 977 017 – Formação profissional



SNC EXPLICADO AOS AGRICULTORES

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) vigora a partir de Janeiro de 2010 e implica um conjunto de alterações na contabilidade nacional, inclusive no sector agrícola.

A Confederação dos Agricultores de Portugal, em parceria com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e o apoio do Programa da Rede Rural Nacional, promoveu de 23 a 27 de Novembro, oito sessões de esclarecimento, em Póvoa de Varzim, Vila Real, Viseu, Castelo Branco, Beja, Évora e Vila Franca de Xira, sobre o tema “Efeito do Sistema de Normalização Contabilística na Agricultura”.

As inscrições foram efectuadas através do site da OTOC tendo-se registado um total de 1792 inscrições. Todas as sessões de esclarecimento tiveram uma grande participação de empresários agrícolas e de técnicos oficiais de contas, tendo Évora e Vila Franca de Xira esgotado o número de lugares disponíveis, o que levou a que em

Vila Franca de Xira fosse realizada uma segunda sessão, que inicialmente não estava prevista.

AS NOVAS OBRIGAÇÕES

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010. A partir desta data ficam revogados o Plano Oficial de Contabilidade (POC) existente desde 1977 e as Directrizes Contabilísticas, sendo o SNC aplicável a

todas as entidades que aplicam o POC. Na realização das sessões de esclarecimento, a CAP teve como objectivo sensibilizar e dar a conhecer as principais alterações que irão ocorrer na contabilidade dos empresários agrícolas, com a entrada em vigor do SNC. Neste sentido, o programa das sessões de esclarecimento abrangia o enquadramento do SNC e o impacto da transição do POC para o SNC nas empresas, o papel do empresário no processo de transição para o SNC e quais os efeitos da aplicação do justo valor na contabilidade das empresas agrícolas.

O SNC é obrigatoriamente aplicável às sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais, às empresas individuais reguladas pelo Código Comercial, aos estabelecimentos individuais de res-

**SNC É UMA NOVA
FORMA DE PENSAR A
CONTABILIDADE, EM
SINTONIA COM AS NORMAS
INTERNACIONAIS DE CON-
TABILIDADE,
ADOPTADAS PELA
UNIÃO EUROPEIA**



ponsabilidades limitada, às empresas públicas, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico e a outras entidades que, por legislação específica, se encontrem sujeitas ao POC, como as entidades sem fins lucrativos.

O SNC não é aplicável às entidades que aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado e às entidades sujeitas a supervisão do sector financeiro.

Estão dispensadas da aplicação do SNC as pessoas que, exercendo a título individual qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola, não realizem na média dos últimos três anos um volume de negócios superior a €150.000. Atendendo a vários compromissos assumidos pelos empresários agrícolas em termos por exem-

plo da execução de projectos de financiamento comunitário, na maior parte das situações, estes empresários têm que ter contabilidade organizada, independentemente do volume de negócios.

MENOS REGRAS, MAIS PRINCÍPIOS

O SNC tem vinte e oito normas contabilísticas e de relato financeiro, sendo uma das normas específica para a agricultura. As entidades não sujeitas a certificação legal de contas e que não ultrapassem dois dos três limites de total de balanço de €500.000, total de rendimentos de €1.000.000 e número médio de trabalhadores de 20, podem aplicar a “Norma contabilística e de relato financeiro para as pequenas entidades”, que contempla de forma mais resumida, os princípios gerais de reconhecimento, mensuração e divulgação previstos nas restantes normas contabilísticas e de relato financeiro.

O novo Sistema de Normalização Contabilística é assente mais em princípios do que em regras explícitas, está em sintonia com as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas pela União Europeia, tem uma nova terminologia, requer uma nova forma de pensar a contabilidade, implica mais rigor, mais informação, conhecimento técnico mais profundo e melhor conhecimento dos factos materialmente relevantes. Para apli-

cação com sucesso do SNC é fundamental uma maior articulação entre o empresário e o Técnico Oficial de Contas (TOC), mais e melhor informação dos empresários para o relato financeiro das entidades sendo por exemplo a questão da informação dada pelo empresário ao TOC da vida útil dos activos fixos tangíveis (imobilizado corpóreo), independentemente do aspecto fiscal, um aspecto fundamental, atendendo a que o novo balanço das empresas irá apresentar só os valores líquidos das rubricas do activo.

O SNC implica maior intervenção na contabilidade quer do empresário quer do TOC, nomeadamente na emissão de juízos de valor das decisões, no conhecimento do justo valor dos bens, na avaliação da materialidade das operações e do balanceamento das características qualitativas da informação financeira, sendo esta uma peça fundamental como ferramenta de gestão para a tomada de decisões no ponto de vista do negócio. O novo sistema implica um acréscimo de responsabilidade, estando prevista a atribuição de coimas às entidades que não apliquem as disposições constantes nas normas contabilísticas e de relato financeiro.

Na actividade agrícola, os activos biológicos (animais ou plantas vivos) ou os produtos agrícolas no momento da colheita são mensurados, pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda. Considera-se uma aproximação razoável do justo valor as cotações oficiais de mercado, designadamente as disponibilizadas pelo SIMA – Sistema de Informação de Mercados Agrícolas, no entanto nas várias intervenções que ocorreram no momento de debate das sessões de esclarecimento, salientou-se que estas cotações não cobrem todos os bens, encontrando-se em muitas situações desajustadas da realidade. É intenção da CAP agilizar acções no sentido de as cotações dos produtos serem fidedignas, abrangentes e aderentes à realidade, para que a contabilidade das empresas agrícolas apresente uma imagem verdadeira e apropriada.

ELEIÇÃO DO NOVO LOGÓTIPO BIOLÓGICO

A Comissão Europeia anda à procura de um novo logótipo para a agricultura biológica, que se tornará obrigatório na rotulagem de todos os produtos biológicos pré-embalados nos 27 Estados-membros.

Para realçar a importância da agricultura biológica e captar a atenção dos cidadãos europeus, a Comissão começou por lançar um concurso aberto a todos os estudantes de arte e design da Europa, a que responderam 3422 candidatos entre Abril e Junho.

Numa segunda fase, as propostas foram sujeitas a um júri internacional que seleccionou as três propostas finalistas, que estão agora sujeitas à escolha do público, até 31 de Janeiro, através de votação online.

Para conhecer as propostas e participar na votação online, procure:

<http://ec.europa.eu/agriculture/organic/logo/index.htm>



A Universidade da Califórnia Caltech tornou público na revista Neuron, um estudo onde os comportamentos da mosca da fruta, poderão conduzir a tratamentos de hiperactividade e de défice de concentração. Usadas há anos como animais de laboratório as Drosophilas, de seu nome científico, têm cerca de 20 mil neurónios

e são habitualmente utilizadas em estudos genéticos.

Neste caso particular, a razão de diferentes comportamentos nas moscas quando sujeitos à mesma agressão com jactos de ar, levou os investigadores a concluir que uma mutação no receptor de dopamina poderia levar, não à excitação, mas ao seu oposto. Será que o mesmo se passa com os seres humanos? É o que no futuro se saberá.

14 MILHÕES PARA COMBATER O NEMÁTODO

A Comissão Europeia aprovou uma decisão de co-financiamento no valor de 14 milhões de euros para programas em sete Estados-membros destinados a combater organismos prejudiciais para a flora e impedir o seu alastramento no território da UE. Esta é maior verba jamais disponibilizada pela UE para este efeito desde a entrada em vigor do regime de co-financiamento fitossanitário em 1997. A maior parte destas verbas destina-se a controlar os vários surtos de nemátodo-do-pinheiro ocorridos em Portugal.

As várias espécies de coníferas europeias são extremamente vulneráveis e esta praga poderia vir a ter efeitos devastadores nas florestas europeias. O financiamento destina-se a ajudar Portugal a conter o nemátodo dentro da zona de protecção delimitada, o que deve permitir evitar que o território de outros Estados-membros seja afectado, protegendo-se os interesses financeiros da União em relação a países terceiros.

O financiamento destina-se também a ajudar Espanha a combater um foco isolado de nemátodo do pinheiro detectado em Novembro de 2008 e erradicado com êxito em 2008/2009.



MCDONALD'S TORNA-SE VERDE NA ALEMANHA

Numa iniciativa para demonstrar uma imagem mais amiga do ambiente, as 100 lojas da McDonald's na Alemanha vão alterar a cor do logótipo de vermelho para verde. A empresa anunciou também que o óleo aí utilizado será transformado em biodiesel.

MAIS ESTRELAS MICHELIN

O Guia Michelin Espanha & Portugal 2010 acaba de ser lançado. Na festa que assinalou também os cem anos da publicação, foram anunciados os mais recentes restaurantes portugueses a receber uma estrela Michelin: o Tavares, em Lisboa, do chefe José Avezil e o Ocean, em Armação de Pêra, do chefe Hans Neuner.

Os mais recentes distinguidos vão agora juntar-se ao grupo de sete que já haviam conquistado, e mantido, a sua estrela: o Gallo d'Oro do hotel Cliff Bay no Funchal, o Eleven em Lisboa, o Fortaleza do Guincho, em Cascais, o Willie's em Vilamoura, o Henrique Leis em Almancil, o Quinta das Lágrimas em Coimbra e o Largo do Paço na Casa da Calçada em Amarante. Com duas estrelas Michelin há apenas um restaurante em Portugal: o Villa Joya, do chefe Dieter Koschina, na praia da Galé, no Algarve.

“DESENHA-ME UM DIREITO”

Por ocasião do vigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Comissão Europeia lançou um concurso a todos os jovens europeus com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos. O desafio é que desenhem um cartaz sobre os direitos consagrados na Convenção, demonstrando assim que os conhecem e sabem aplicar. A convenção sobre os Direitos da Criança é o tratado sobre direitos humanos ratificado por mais países em todo o mundo. Saiba mais em: www.europayouth.eu

ACORDOS UE COM PAÍSES MEDITERRÂNEOS

A Comissão Europeia acabou de aprovar dois novos acordos de associação, com Israel e Marrocos, tendo em vista uma maior liberalização do comércio de produtos agrícolas, com especial incidência no sector dos frutos e produtos hortícolas frescos.

Neste âmbito, foram levantadas a maioria das restrições existentes às exportações de frutos e hortícolas provenientes destes países, embora haja algumas limitações em produtos considerados sensíveis, como a batata, o tomate, o pepino, o pimento, a courgette, a laranja, a clementina, a uva de mesa, o morango e o alho. No entanto, mesmo nestes

produtos que mantêm algum grau de protecção, os contingentes de importação aumentaram ou foram sujeitos a concessões por determinados períodos do ano, em que existe isenção de pagamento de taxas aduaneiras.

Estes acordos inserem-se no âmbito da Parceria Euro-mediterrânea, instituída em 1995 e que tem como objectivo estreitar os laços políticos, económicos, sociais e culturais entre a UE e os países da Bacia Mediterrânea, entre outros aspectos, através do estabelecimento de uma zona de comércio livre nesta região, a partir de 2010.

MODA BIOLÓGICA



Para promover atitudes compatíveis com a natureza, a Colômbia realizou, pela quarta vez, uma semana de moda que associa a criatividade ao activismo político em prol do ambiente.

Os desfiles da Bio Fashion Week apresentam roupas, sapatos e acessórios integralmente feitos de elementos biológicos, ainda que a perfeição dos trabalhos possa enganar olhos menos treinados.

Há centenas de folhas, troncos, flores e frutos que se transformam pela mão dos criadores, desafiando cortes, costuras e aplicações. No final, as propostas mais interessantes conquistam a possibilidade de passar de efêmeras a definitivas, ao serem adoptadas pela moda italiana, desta vez em tecido e linha.

ÁRVORES QUE SÃO PATRIMÓNIO

A Autoridade Florestal Nacional classifica de Interesse Público as árvores do território continental que se destacam pela longevidade, porte, raridade e motivos históricos e culturais. Da lista constam 409 árvores, onde se encontra a árvore mais velha de Portugal, que é uma oliveira com mais de 2 mil anos, situada no aldeamento turístico de Pedras D'El Rei, no Algarve; o carvalho mais velho da península ibérica que é o carvalho alvarinho de Calvos, Braga, com 500 anos. A azinheira com maior copa da Europa vive no Lugar das Matas em Santarém e o eucalipto mais alto da Europa tem 72 metros, está na Mata Nacional de Vale de Canas em Coimbra.

Nesta lista das árvores do continente não se incluem as dos jardins botânicos nem dos parques da Pena, Monserrate e Buçaco

BEM-VINDOS LINCES IBÉRICOS

Elas são Azahar, Erica, Espiga, Era e Fresa, os nomes deles são Daman, Ébano, Enebro, Fado, Fresco, Fauno, Foco, Eucalipto, Drago, Éon e Calabacin. Azahar, de cinco anos, foi o primeiro animal cedido por Espanha a chegar à Herdade das Santinhas, em Silves, onde se situa o Centro Nacional de Reprodução em Cativeiro (CNRLI).

O Centro funciona em articulação com os centros hómologos espanhóis com o objectivo de estabelecer uma população de lince-ibérico viável em Portugal, para posterior re-introdução em áreas de distribuição histórica da espécie, o que se espera que possa acontecer dentro de três anos.

No total, são dezasseis os animais chegados a Silves, doze nascidos em cativeiro e quatro recolhidos na natureza. Os últimos a chegar foram os machos Éon e Calabacin.

Este felino é uma das espécies mais ameaçadas de extinção, estimando-se que hoje existam apenas 300 a 350 animais desta espécie.



Vinhos da Santa Casa



- **Tinto 2003 | Ouro**
- **Tinto Reserva 2004 | Bronze**
- **Tinto 2004 | Bronze**
- **Tinto 2005 | Prata
Colheita Seleccionada**
- **Tinto 2006 | Prata**
- **Espumante Bruto 2004 | Ouro**
- **Espumante Bruto 2005
Recomendado**



Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros

Rua Viriato Martins | 5340-281 Macedo de Cavaleiros
Tel. 278 426 333 | Fax. 278 421 596 | E-mail: santacasamacedo@mail.telepac.pt

PEGOS CLAROS GARRAFEIRA 2005

Produzido na Herdade de Pegos Claros, a unidade do universo Companhia das Quintas localizada entre as regiões de Palmela e do Alentejo, acaba de chegar ao mercado o Pegos Claros Garrafeira 2005 – um tinto DOC Palmela que enaltece e honra os melhores atributos da casta Castelhão potenciados pela experiência e saber dos enólogos João Corrêa e Nuno do Ó.

Topo de uma gama que é complementada pelo Pegos Claros Tinto, o ‘Garrafeira 2005’ resulta de um processo de vinificação assente nos métodos mais tradicionais – colheita manual, pisa a pé e fermentação em lagares de pedra – tendo estagiado 24 meses em pipas de carvalho francês.

Estamos assim, perante um vinho pronto a consumir desde já, com grande prazer, mas que tem ainda uma boa margem de progressão em garrafa. Dado o seu corpo, teor alcoólico e aromas a bosque, é uma excelente companhia para pratos de caça (pêlo e penas), bem como carnes no forno ou carnes com cogumelos.



TETRIBÉRICA AGRICULTURA BIOLÓGICA

Produzidos com uma devoção apaixonada, os azeites ACUSHLA nascem pela mão da Tetribérica - Agricultura Biológica, Lda., uma empresa recente, empenhada na promoção dos Azeites Portugueses e dedicada aos produtos de elevada qualidade, genuínos e naturais.

O azeite ACUSHLA Gourmet e Sport tem a sua origem na Quinta do Prado, situada em Vila Flor, Trás-os-Montes, que reúne as condições ideais para desenvolver as tradicionais culturas da região em modo de produção biológica. Dadas as elevadas potencialidades da Quinta do Prado e o enorme interesse em contribuir para a protecção do ambiente, a Tetribérica deu preferência à comercialização de azeites provenientes de agricultura biológica e azeites de denominação de origem protegida (DOP) de várias regiões de Portugal. Azeites requintados de elevada qualidade, uma autêntica garantia de segurança alimentar e de uma exploração dos sentidos inigualável.

PRIMEIRO ANIMAL OBTIDO POR TRANSFERÊNCIA EMBRIONÁRIA DA RAÇA ABERDEEN-ANGUS



Foi reportado à Aberdeen-Angus Portugal, no passado dia 14 de Novembro, o nascimento de uma vitela, com o nome QT MISS BLACKCAP LEGACY, obtida por transferência embrionária numa exploração

da ilha Terceira, nos Açores.

O embrião, importado do Canadá, foi implantado por uma equipa local, numa receptora cruzada. Esta técnica sendo já utilizada, em Portugal, em animais de

leite, é pouco usual na criação em gado de carne.

A transferência de embriões (TE) é um grande avanço nas biotecnologias ligadas à reprodução animal, constituindo uma ferramenta importante na selecção de animais de elevado valor genético - selecção de boas fêmeas emparelhadas com tórios que melhorem as características raciais e produtivas. A nível económico também é optimizada a produção de vários embriões, para além do facto de ter-se a vantagem de optimizar o transporte de genética e ter maior segurança em termos sanitários quando se compara com a importação de animais vivos.

O toiro, dador, está registado nos Estados Unidos (American Angus Association), sendo filho da famosa família “Rosetta”, que possui as características ra-

ciais que se pretendem no melhoramento genético, pois combina as características maternas (facilidade de parto e baixo peso ao nascimento) e um bom potencial de crescimento.

À PROCURA DE WHISKY ENTERRADO HÁ 100 ANOS

Recuperar duas caixas de whisky vintage McKinlay que o explorador Ernest Shackleton terá deixado para trás, em 1909, no final de uma mal sucedida expedição à Antártica, será o que vai fazer uma equipa de arqueólogos da Nova Zelândia.

A expedição polar de 1909, em que Ernest Shackleton pretendia ser o primeiro a alcançar o Pólo Sul, não terminou em sucesso, mas as caixas de whisky que Shackleton levava continuam enterradas no gelo, perto da cabana do grupo de exploradores.

O master blender da Whyte & Mackay, Richard Paterson, considera que o whisky po-

derá estar perfeitamente conservado após 100 anos no gelo, e planeia mesmo replicá-lo, caso consiga uma amostra, de forma a pô-lo de novo à venda.

Apenas algumas garrafas ou mesmo uma pequena porção do whisky poderão ficar na posse da Whyte & Mackay, já que o Tratado da Antártica – que protege o património histórico da área – estipula que as restantes deverão permanecer no local, após serem restauradas. Para não danificar as garrafas ao retirá-las do gelo, serão utilizadas ferramentas especiais para desenterrar este autêntico tesouro.

O ESPORÃO RESERVA TINTO 2007

Vinho distinto e equilibrado, com rótulo exclusivo do artista José Pedro Croft, acaba de ser lançado o novo Esporão Reserva Tinto 2007. Memorável pelo seu sabor envolvente, o Esporão Reserva Tinto 2007, tem na boca uma textura sedosa e taninos bem fundidos, que lhe conferem grande riqueza e complexidade. É o vinho perfeito para acompanhar desde a complexidade dos assados de carnes vermelhas, como borrego e vaca, até aos queijos amanteigados, passando pela simplicidade de uma “Bruscheta” de carne ou presunto.

Recorde-se que, desde 1985, ano da primeira colheita de Esporão, mais de 23 artistas deram o seu contributo para os rótulos deste vinho intimamente ligado às artes: António Ole, Armando Alves, Artur Bual, Costa Pinheiro, Dórdio Gomes, Gabriel e Gilberto Colaço, Graça Morais, Guilherme Parente, João Hogan, José de Guimarães, José Manuel Rodrigues, Julião Sarmento, Júlio Pomar, Júlio Resende, Luís Pinto Coelho, Manuel Cargaleiro, Mestre Isabelino, Pedro Cabrita Reis, Pedro Calapez, Pedro Proença e Rubens Gerschman. O novo Esporão Reserva Tinto 2007 é perfeito para mostrar a alguém o que de melhor o Alentejo tem para oferecer.



A Douro Azul, empresa líder de cruzeiros no rio Douro, assinou com a operadora norte-americana Uniworld um “contrato milionário” para assegurar a presença de cerca de 136.000 turistas na região entre 2011 e 2015.

Desde há alguns meses que a empresa liderada por Mário Ferreira está em negociações para a construção de um novo navio-hotel visando “satisfazer este aumento de procura”. As negociações decorrem com dois estaleiros portugueses (o da Martifer em Aveiro e o de Viana do Castelo) e com construtores navais da Holanda, considerando a sua experiência avançada na construção deste tipo de navios.

INOVCAPITAL E BETA CAPITAL INVESTEM NA AQUACRIA

A empresa portuguesa Aquacria Piscícolas S.A., com actividade no sector da aquacultura, anunciou que o seu capital foi reforçado em 500 mil euros, através de um investimento realizado pelas capitais de risco Inovcapital e Beta Capital.

A Inovcapital e Beta Capital reforçaram o seu investimento na Aquacria aumentando o seu envolvimento financeiro na empresa para cerca de 1,3 milhões de euros, o que permitirá expandir a capacidade de produção piscícola das actuais 120 toneladas por ano, para as 400 toneladas.

O projecto que vai ser realizado faseadamente e terá um prazo máximo de ano e meio, vai permitir à Aquacria deixar de ser uma empresa mono-produtora de pregado passando, simultaneamente, a produzir linguado.

A Aquacria Piscícolas S.A. já exporta actualmente cerca de 77% da sua produção piscícola (pregado) para o estrangeiro, nomeadamente Itália (56 por cento) e Espanha (21 por cento).

A 21ª FERSANT

A 21ª edição da Fersant, Feira Empresarial da Região de Santarém, vai decorrer no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, em paralelo com a Feira Nacional de Agricultura, entre 5 e 13 de Junho de 2010.

O certame, até agora organizado pela Nersant no seu pavilhão de exposições em Torres Novas, pretende com a mudança reforçar o estatuto alcançado como grande mostra empresarial da região e disponibilizar condições extremamente favoráveis aos expositores. Será igualmente uma forma de dar visibilidade ao que de melhor faz o tecido económico regional.

EXPOSIÇÃO NO MUSEU DO DOURO

Inaugurada, em 14 Dezembro, no Museu do Douro, Peso da Régua, a exposição anual “Rios Douro” faz uma homenagem ao rio Douro, património mundial da UNESCO. De portas abertas desde 20 de Dezembro de 2008, o Museu do Douro recebeu 40 mil visitantes, que passaram pela exposição “Barão de Forrester”, que será agora, substituída por “Rios Douro”. No mesmo dia assinalam-se os oito anos da classificação do Douro como Património Mundial da Humanidade.

CLÁSSICO DA DÉCADA DE 70

Com o formato original da marca, conhecido como a “garrafa da mão”, a Aliança - Vinhos de Portugal, relançou a aguardente velha Antiquíssima Reserva. Durante um período de tempo, manteve um formato piramidal idêntico à Antiqua. Agora, e para satisfazer os apreciadores, recuperou o formato personalizado, com mais de 30 anos, no qual os dedos encaixam na perfeição. Produzida pela equipa de enologia liderada por Francisco Antunes, a Antiquíssima Reserva resulta de uma cuidada selecção das melhores aguardentes vinicas e de um longo estágio em madeira de carvalho. Antiquíssima reúne o saber e a tradição da Aliança na elaboração de aguardentes velhas de excepção. Com um grau alcoólico de 38% Vol. e estágio de 8 anos em barricas de carvalho português e americano, apresenta um aroma intenso, onde predominam notas de madeira e frutos secos.



MAIS POTÊNCIA NA LINHA DA FRENTE DA FAMÍLIA T6000 DA NEW HOLLAND

A New Holland actualizou e alargou a sua gama de tractores da Série T6000 GRANDE com um novo modelo T6090 de topo, com 165 CV de potência nominal, permitindo uma gestão de potência até 200 CV.

As relações peso-potência, líderes na sua classe, permitem que o novo T6090 GRANDE seja ágil e crie baixos níveis de compactação do solo, ao passo que consolida as suas características de modelo polivalente, económico e compacto, que está à vontade tanto no trabalho de transporte e de carregamento, como no trabalho de campo, e especialmente em operações exigentes de tomada de força.

O Sistema de Gestão da Potência (EPM) garante um aumento de potência até 36 CV, atingindo 200 CV, conferindo-lhe deste modo a mais elevada relação peso-potência no seu sector de mercado. Este impressionante aumento de potência garante que existe um grande desempenho, sempre que necessário, durante o transporte e tomadas de força exigentes, bem como durante aplicações hidráulicas intensivas. Mas em operações menos exigentes, o funcionamento reverte para a potência standard.

A CONFRARIA DO VINHO DE CARCAVELOS

O Executivo camarário aprovou a criação da Confraria do Vinho de Carcavelos, uma associação que irá zelar pela dinamização da região demarcada, desenvolvendo acções que associem o vinho ao desenvolvimento turístico, cultural e ambiental do território onde é produzido.

Com um teor alcoólico que ronda os 15 a 20 por cento, o vinho de Carcavelos, muito divulgado durante o reinado de D. José I (Séc. XVIII), pela mão e dinamismo do 1º Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, é um dos poucos vinhos generosos nacionais. A medida agora criada pela edilidade vem proporcionar condições para que esta marca emergente da Região Demarcada de Carcavelos, seja devidamente promovida nacional e internacionalmente, no sentido de que a sua comercialização venha a atingir retorno.

MATEUS ROSÉ E OS PRÉMIOS SAPO

A campanha de Mateus Rosé - Taste Matters - mereceu o reconhecimento do júri da 9ª edição dos Prémios Sapo 2009, ganhando a medalha de prata na categoria de "Produtos de Grande Consumo".

Desenvolvida este ano pela agência Wiz, a interactividade e dinamismo foram a chave da campanha Taste Matters de Mateus Rosé, como suporte ao lançamento do site Mateus Rosé.

O objectivo foi promover a interacção dos utilizadores online com a marca, criando inicialmente para o efeito o microsite www.yourtaste.is, que convidou o público a explorar o conceito de 'sabor' através de um passatempo que visava captar o interesse pelo conteúdo do site.

Os Prémios Sapo são uma referência no mercado publicitário online, distinguindo as melhores campanhas, anunciantes e Agências de Portugal. A partir desta edição, também Angola e Cabo-Verde, na sequência do alargamento do portal a estes dois países. Nesta 9ª edição houve um total de 423 trabalhos apresentados a concurso.

ESPAÇO EMPRESARIAL

FORD RANGER E CVRVV

Em Setembro, passado, as vindimas foram a palavra de ordem. Mas para que o produto final respeitasse as normas e regras predefinidas, um grupo de técnicos da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV) percorreu 50.000 quilómetros pelo Minho para controlar a qualidade dos vinhos. Mas, em 2009, na sequência de uma parceria entre instituições, as equipas de controlo de qualidade contaram com um aliado de força: a Nova Ford Ranger.

O controlo de qualidade na vindima é uma das maiores operações na certificação dos Vinhos Verdes. São cerca de 30.000 produtores de uva e mais de 200 centros de vinificação com significado comercial. Mais de 50.000 kms num só mês pelos montes e vales do Minho, por auto-estradas e caminhos rurais, numa tarefa extremamente exigente. O acordo celebrado entre a CVRVV e a Ford, permitiu que as equipas de auditores se deslocassem na nova Ford Ranger 2.5TDCi, garantindo, não só maior segurança, como facilidade nas deslocações.

Equipada com o reconhecido motor Duratorq 2.5 TDCi, de 143cv às 3500 rpm e com um binário de 330 às 1800 rpm, a nova Ford Ranger combina potência com consumos e níveis de emissões muito competitivos. A mais recente geração do modelo, agora lançada em Portugal, conjuga um moderno e elegante design exterior com um interior substancialmente renovado e mais agradável, características complementadas com baixos custos de utilização e níveis de durabilidade referenciais.

VINHOS PROMOVIDOS EM LUANDA

Nos finais de Novembro e princípios de Dezembro a Comissão Vitivinícola Regional (CVR) do Dão realizou acções promocionais dos Vinhos do Dão, em Angola. A iniciativa que representou a primeira acção promocional dos Vinhos do Dão em mercados externos, contou com a realização da "Semana Enogastronómica das Beiras", no Bay Art Restaurant (antigo Bay In), fruto de parceria com os vinhos da Bairrada e da Beira Interior.

Diariamente foram realizados jantares com diferentes ementas inspiradas em produtos regionais das Beiras e de Angola, harmonizadas com os vinhos das três regiões. Os jantares foram confeccionados pelos chefes Hélio Loureiro (responsável gastronómico da Selecção Portuguesa de Futebol) e Carlos Macedo (Bay Art Restaurant).

Em representação dos Vinhos do Dão estiveram presentes a Adega Cooperativa de Penalva do Castelo, Adega Cooperativa de Silgueiros, Caves Martinho Alves, Cooperativa Agrícola de Nelas/Lusovini Distribuição, FTP Vinhos, Dão Sul | Global Wines, Quinta da Nespereira e Vinícola de Nelas. Valdemar de Freitas, presidente da CVR do Dão explicou que a decisão de ir até Luanda se deveu à crescente importância de Angola como "mercado destino" dos vinhos do Dão. Depois de Angola, estão previstas acções no Brasil, Estados Unidos e Canadá.



Rumores de BRUXELAS



As Comissões que nos interessam

Só em Janeiro o Parlamento Europeu votará em plenário a nova Comissão. Os candidatos serão sujeitos a audições individuais, mas nestas coisas não se esperam surpresas. Portanto, passemos aos protagonistas de algumas pastas: Agricultura está entregue à Roménia; Dacian Ciolos é o candidato. Saúde e Política do Consumidor coube a Malta, com John Dalli. Política Regional é para a Áustria com Johannes Hahn. Ambiente foi entregue à Eslovénia, ao ex-comissário da Ciência e Investigação, Janez Potočnik, e a ministra do Ambiente dinamarquesa que preparou a Cimeira de Copenhaga, Connie Hedegaard, está indigitada para o novo cargo: Acção para o Clima.

DEPOIS DE LISBOA, A COMISSÃO BARROSO II

Visivelmente satisfeito com a oficialização do Tratado de Lisboa, Durão Barroso participou na cerimónia junto à Torre de Belém, onde enalteceu os valores da Europa e o início de uma nova etapa na história da construção europeia. Depois regressou a Bruxelas e anunciou a equipa de 26 comissários que, se for aprovada pelo PE, o acompanhará até 2013, numa segunda presidência da Comissão Europeia.

A constituição da equipa respeitou, obviamente, o equilíbrio de poderes estabelecido entre instituições e Estados-membros, muito antes de haver Tratado de Lisboa.



PRESIDÊNCIA DA UE ZAPATERO OU ROMPUY?

Espanha será o primeiro país a assumir a presidência da União Europeia depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Por essa razão, será Herman van Rompuy e não José Luis Zapatero a presidir ao Conselho Europeu.

Por onde anda Jaime Silva?

Ausência muito notada na cerimónia de tomada de posse do actual governo, Jaime Silva, o funcionário da Comissão Europeia, que durante quatro anos fez de ministro da Agricultura em Portugal e, conseqüentemente, deu cabo dela, regressou à sua querida Bruxelas. Quanto ao futuro, diz-se por aí que esteve perto de fazer parte do gabinete do próximo comissário europeu da Agricultura, o romeno Dacian Ciolos, mas faltou-lhe sprint no final e ficou para trás na corrida a tão ambicionado lugar. Que maçada!





AS FEIRAS DE TURISMO ORNITOLÓGICO

Grou de Faísca

Autores: Joana Andrade, Joana Domingues e Domingos Leitão SPEA*

O fenómeno do *birdwatching* tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos a nível nacional e o sucesso e diversidade de actividades que se vão multiplicando por esse país fora são o espelho dessa realidade. Desde saídas de campo, a acções de formação, passando por ateliers variados (por ex., construção de caixas-ninho, pintura e artesanato) ou voluntariado em programas de monitorização, os portugueses estão cada vez mais atentos às aves que voam à sua volta e vão descobrindo a origem

dos cantos que os rodeiam.

No panorama internacional, o *birdwatching* é uma actividade que move multidões e a prova está no sucesso das feiras de turismo ornitológico, que se realizam anualmente, cada vez com maior afluência de visitantes e entusiastas, que procuram as mais recentes novidades no sector, quer a nível da oferta e destinos de *birdwatching*, quer a nível de equipamentos e tecnologias associados à actividade.

Na Europa são vários os eventos regulares onde o *birdwatching* é o centro de todas as atenções, desde a popular BBF (*BirdFair* ou *British Birdwatching Fair*), que decorre em meados de Agosto no

Talvez pareça estranho, mas as aves podem ser um motor de desenvolvimento sustentável. O fenómeno da observação de pássaros move multidões e as feiras de turismo ornitológico são disso um bom exemplo. A SPEA mostra-nos um pouco mais do mundo do *birdwatching*.

Reino Unido, ao mais recente sucesso ibérico, a FIO (*Feria Internacional de Turismo Ornitológico*), que se realiza em Monfragüe durante o primeiro fim-de-semana de Março. Bastante participadas são também a *International Po Delta Birdwatching Fair*, em Itália, e o *VogelFestival (Dutch Bird Fair)*, na Holanda, que contam já com 5 edições cada uma.

A SPEA tem marcado presença regular na BirdFair desde 2006, com um expositor, promovendo as aves e o potencial ornitológico de Portugal, dando destaque aos montados de sobro e à cortiça, ao Priolo e aos Açores. Também esteve presente com um stand na FIO em 2007 e, na última edição, que decorreu no passado mês de Março, apresentou uma comunicação de divulgação do projecto IberAves, em parceria com a SEO/BirdLife.

BBF: A CONSERVAÇÃO ALIADA AO TURISMO SUSTENTÁVEL

O que começou por ser, em 1987, um pequeno evento local na Reserva Natural de Rutland Water (Leicestershire, Inglaterra), tornou-se um dos eventos mundiais mais importantes na área do turismo ornitológico e de natureza. Com a sua primeira edição em 1989, a *British Birdwatching Fair* (BBF) é hoje o evento líder de promoção do *birdwatching*, reunindo os profissionais e os aficionados da observação de aves e da natureza, contando anualmente com cerca de 300 entidades participantes e mais de 20 000 visitantes, durante um período de 3 dias. Devido à crescente adesão de ano para ano, existe sempre uma lista de espera de entidades que gostariam de ter um stand na feira, que aguardam que surja uma vaga. A organização da feira resulta de uma parceria entre o Leicestershire and Rutland Wildlife Trust e a RSPB (*Royal*



fotos de: Gabriel Sierra & Juan M. Simón

Grupo de abetardas

Society for the Protection of Birds), e realiza-se anualmente em Agosto, na Reserva Natural de Rutland Water, classificada como sítio Ramsar e Zona de Protecção Especial.

A BBF é um pólo de atracção de centenas de expositores de todo o mundo, que querem marcar presença neste famoso evento, promovendo várias áreas de negócio como o ecoturismo, o equipamento óptico, as publicações sobre vida selvagem e os produtos associados aos alimentadores para aves.

A BBF tem, desde a sua génese, claros objectivos conservacionistas, recolhendo importantes fundos que são posteriormente aplicados em projectos de conservação desenvolvidos pela BirdLife International e pelos seus parceiros. Em cada ano é seleccionado um tema de conservação com relevância internacional para ser apoiado pelos fundos angariados, fundos esses provenientes dos bilhetes de entrada (cerca de 2/3), dos expositores, do merchandising e do fantástico trabalho de voluntariado, que permite economizar uma percentagem considerável de despesas de organização e realização da feira.

Desde a edição de 2007 que a campanha alvo tem sido o programa “Preventing Extinctions: Saving the World’s Critically Endangered Birds” da BirdLife, que incide sobre as espécies em perigo

crítico de extinção, e engloba as iniciativas Species Guardians e Species Champions, que têm apoiado o trabalho da SPEA com o Priolo (*Pyrhula murina*) e com a Pardela-balear (*Puffinus mauretanicus*).

FIO: UM ÉXITO IBÉRICO!

Iniciada em 2006, a *Feria Internacional de Turismo Ornitológico - Extremadura Birdwatching Fair* converteu-se, em tempo recorde, num dos maiores acontecimentos europeus do sector e o principal evento espanhol inteiramente dedicado à observação de aves.

Na 4ª edição, realizada entre 27 de Fevereiro e 1 de Março deste ano, a feira reuniu mais de 100 entidades especializadas do sector, desde material óptico, vestuário, agência de viagens, serviços de guias ou organizações de ambiente, em pleno Parque Natural de Monfragüe (Espanha), local privilegiado para a prática de birdwatching e turismo de natureza. Para além da exposição realizaram-se diversas jornadas técnicas, um concurso de fotografia e uma variada oferta de saídas de campo.

Mais uma vez, a última edição superou as expectativas da organização, quer pela elevada afluência de visitantes quer pela satisfação das empresas participantes.

Sabia que...

A Quinta de Zom, em Freixo de Espada à Cinta foi reconhecida pela SPEA pela sua extraordinária diversidade de aves. Localizada em pleno Parque Natural do Douro Internacional esta propriedade de 90 hectares possui mais de 60 espécies de aves que dependem dos habitats naturais da quinta e de uma gestão agrícola favorável.



A SPEA é uma ONG de Ambiente sem fins lucrativos, cuja

missão é o estudo e a conservação das aves e seus habitats, promovendo um desenvolvimento que garanta a viabilidade do património natural para usufruto das gerações futuras. A SPEA, parceiro português da BirdLife International, desenvolve projectos de investigação, conservação e educação ambiental e actividades de observação de aves, entre outras. A nossa actividade depende da boa vontade e apoio de todos, em especial dos sócios.

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
Av. Liberdade nº 105, 2º Esq
1250-140 Lisboa, Portugal
T: 21 322 0430; F: 21 3220439;
E: spea@spea.pt
WEB: www.spea.pt



Uma edição infantil
CAP

Jornalinho do Campo



www.cap.pt - publicações - jornalinho do campo online

ANPC – Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça

A ANPC é a Organização do Sector da Caça que sempre defendeu e verdadeiramente representa as Zonas de Caça Turística!

Desde a sua fundação em 1991, a ANPC tem desenvolvido intenso trabalho na defesa dos interesses das entidades concessionárias de Zonas de Caça Turística, junto do Governo e dos organismos da administração pública que tutelam o sector cinegético, sendo reconhecida pelo MADRP como o parceiro que representa as Zonas de Caça Turística.

Os sócios da ANPC beneficiam de apoio técnico e jurídico, apoio na resolução administrativa de processos de zonas de caça, recebem informação actualizada sobre o sector e podem recorrer aos serviços técnicos da associação para a elaboração de projectos de zonas de caça (concessões, renovações, anexações, etc.).

A ANPC irá desempenhar um importante papel no panorama cinegético nacional, tendo assumido funções protocoladas com a Autoridade Florestal Nacional, ao nível da divulgação de boas práticas cinegéticas e formação dos agentes ligados ao sector, promoção da actividade cinegética, colaboração na monitorização das populações cinegéticas, etc..

Mantenha-se actualizado sobre as evoluções que ocorrem no sector da caça aderindo à Associação que o apoia e que representa os seus interesses!...

Faça-se sócio da ANPC, aproveitando a campanha especial de angariação de sócios que está em curso!
Para mais informações sobre a ANPC, contacte-nos ou visite-nos em www.anpc.pt

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES DE CAÇA



MENU | [Início](#)

[QUEM SOMOS](#)

[DESTAQUES](#)

[ANPC INFORMA](#)

[SERVIÇOS PRESTADOS](#)

[LEGISLAÇÃO E FORMULÁRIOS](#)

[CONSULTÓRIO E BIBLIOTECA](#)

[CURSOS DE FORMAÇÃO](#)

[PROJECTOS E PARCERIAS](#)

[CAÇAR EM ZC TURÍSTICA](#)

[FAQS](#)

[LINKS](#)

PESQUISA

OK

A **Caça** como motor
do desenvolvimento
rural e conservação dos
recursos naturais

DESTAQUES

Calendário Venatório 2009-2010 já foi publicado!

PRODER - Apoios à cinegética - candidaturas até 30 de Abril

Novo Regulamento dos Guardas das Zonas de Caça

Actualizado em: 13/04/2008

Av. Colégio Militar, Lote 1786
1549-012 Lisboa

Telefone: (+351) 21 7100029
Fax: (+351) 21 7100029
E-mail: anpc@anpc.pt



Medida 10 Programa AGRO

Serviços Agro-Rurais especializados

ANPCaça e Desenvolvimento Rural

Membros

Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça
Av. do Colégio Militar, Lote 1786 1549-012 Lisboa
Telefone/fax: 21 7100029 email: anpc@anpc.pt

máximas, mínimas & assim-assim

“Quem empresta, adeus ...”

“De onde menos se espera, daí é que não sai nada.”

“Pobre, quando mete a mão no bolso, só tira os cinco dedos.”

“Negociata é todo bom negócio para o qual não fomos convidados.”

“O banco é uma instituição que empresta dinheiro à gente se a gente apresentar provas suficientes de que não precisa de dinheiro.”

“Adolescência é a idade em que o garoto se recusa a acreditar que um dia ficará chato como o pai.”

“A força é o mais desagradável dos instrumentos de corda.”

“O voto deve ser rigorosamente secreto. Só assim, afinal, o eleitor não terá vergonha de votar no seu candidato.”

“Este mundo é redondo mas está ficando muito chato.”

(Extraído de “Maximas e Mínimas do Barão de Itararé” - Rio de Janeiro, 1985)

Neste mundo, de grande
competição, se te derem
um pontapé no rabo...
Felicitá-te! É porque
vais à frente!

Saudosos portugueses de antanho

D. Fernando Coutinho, marechal de Portugal, a quem D. Afonso de Albuquerque, governador do Estado da Índia, concedera a dianteira no ataque a Calecute, atrasara-se a desembarcar, pelo que Albuquerque, não podendo esperar, tomou a cidade.

História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (1551-1561)
Fernão Lopes de Castanheda

Curiosidade

Sabe quando foi construído o primeiro edifício da história?

R: Certamente que não! Ninguém conhece a data exacta do primeiro edifício da história, mas, desde as primeiras civilizações, há registos de grandes palácios, templos e construções.

Sabe-se que os sumérios, que dominaram o sul da Mesopotâmia de 3.500 a 1.600 a.C., chegaram a ter cidades com mais de 30 mil habitantes, nas quais havia prédios repletos de colunas e terraços. Por causa da escassez de pedras, eles usaram uma argamassa de junco e barro, além de tijolos de barro secos ao sol.

O maior dos prédios deste período, o Zigurate de Ur, tinha um pavimento superior com mais de 30 metros de altura. A civilização Minóica, que ocupou Creta por volta de 2.000 a.C., deixou vestígios de enormes palácios e edificações construídas antes de 1.750 a.C., quando uma grande catástrofe natural as soterrou.

Cantinho dos mais pequenos

Perguntas do Ano Novo

- Quantos meses tem um ano?
- Quais são os meses de Verão em Portugal?
- Quantos têm 31 dias? Quais são?
- Qual é o primeiro mês do ano?
- E o último?
- Há um mês mais pequeno que os outros. Qual?



ADIVINHAS

Bem à volta da cintura
Estou em muita ocasião
Se não fosse a minha ajuda
Bem te caía o calção!

Quando o vento sopra forte
Logo para a cara ele vem
Quando se fica velhinho
Muitos de nós não o tem.



Charada de Inverno

1) C _ UV _

2) C _ C _ E _ O _

3) _ E _ T _

4) GO _ R _

5) N _ V _ E _ _ O

6) L _ _ AS

7) _ E _ E

8) B _ U _ Ã _

9) F _ _ O

10) _ O _ A _

11) N _ V _ _ S

12) C _ MI _ O _ _

Soluções

- Perguntas do Ano Novo - Um ano tem 12 meses • Meses com dias de Verão: Junho; Julho; Agosto e Setembro • Último mês do ano é Dezembro • Janeiro é o primeiro mês do ano
- As Adivinhas - A) Fois o que prende os calções é o cinto; B) O Cabelo vai ficando menos com a idade.
- Charada de Inverno - 1) CHUVA; 2) CACHECOL; 3) VENTO; 4) GORRO; 5) NEVOEIRO; 6) LUVAS; 7) NEVE; 8) BLUSÃO; 9) FRIO; 10) BOTAS; 11) NUVENS; 12) CAMISOLA.



AO SERVIÇO DO INTERESSE PÚBLICO

**Na promoção da
SAÚDE E BEM ESTAR DOS ANIMAIS
E DA SEGURANÇA ALIMENTAR**

**Na salvaguarda da
SAÚDE PÚBLICA**

**No apoio à
PRODUÇÃO**

**EM COOPERAÇÃO COM OS
AGENTES ECONÓMICOS**

**DIRECÇÃO GERAL
DE VETERINÁRIA**

www.dgv.min-agricultura.pt

Email: veterinaria@mail.telepac.pt

Linha Azul - 21 323 96 96

GESTÃO E INFORMÁTICA PARA O MEIO RURAL

Consultoria | Software | Formação



■ www.agrogestao.com

Av. República 412 · 2750-475 Cascais · Tel. 21 484 74 50

AGROGESTÃO®

PÉS NA TERRA, OLHOS NO FUTURO.